

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO

FELLIPE MOREIRA SANTOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CANDIDATO FRENTE AO DANO
AMBIENTAL CAUSADO PELA CAMPANHA ELEITORAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA

CACOAL – RO
2015

FELLIPE MOREIRA SANTOS

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO CANDIDATO FRENTE AO DANO
AMBIENTAL CAUSADO PELA CAMPANHA ELEITORAL**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor M.e Gilson Tetsuo Miyakava.

CACOAL – RO

2015

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CANDIDATO FRENTE AO DANO AMBIENTAL CAUSADO PELA CAMPANHA ELEITORAL

FELLIPE MOREIRA SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Mestre Gilson Tetsuo Miyakava – Presidente

Professor Mestre Silvério dos Santos Oliveira – Membro

Professor Especialista Jônathas Siviero – Membro

Conceito: _____

Cacoal, ____ de julho de 2015.

Dedico este trabalho aos meus pais Cleonir e Helenice, como singela retribuição de amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a Deus, pois é Ele quem me sustenta, ainda que eu não mereça, bem como aos meus irmãos na fé, pois sem o apoio e oração deles, eu não chegaria até aqui.

Mesmo tendo dedicado esta obra aos meus pais, deixo aqui minhas palavras de gratidão, pois ao longo de todos esses anos me proporcionaram a oportunidade de investir no crescimento do saber, me orientando a traçar os bons caminhos da educação e, me oferecendo todo o suporte para me tornar um cidadão de bem para adquirir um caráter irrepreensível.

Agradeço aos colegas de curso, que se tornaram amigos durante esta jornada e contribuíram para que ela não se tornasse tão longa assim. Estes são amigos que se tornaram como irmãos e, certamente, as recordações desse tempo serão sempre lembradas com um bom humor inigualável do que construímos juntos.

Agradeço meu orientador, professor M.e Gilson Tetsuo Miyakava, por cumprir com afinco seu papel, com dedicando sua paciência e conhecimento, colaborando da melhor forma para o desenvolvimento deste trabalho. Certamente seu papel foi valioso na contribuição desta construção de ideias e, sem dúvida, sua experiência foi fundamental para o resultado final.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado aborda a responsabilidade civil que o candidato tem, em relação ao dano ambiental que ele produz em razão de sua campanha eleitoral. Desta maneira verifica-se, por meio de pesquisa bibliográfica, qual é a responsabilidade civil que o candidato tem, e, também, quais são os mecanismos legais que o ordenamento jurídico pátrio possui com o intuito de inibir a poluição eleitoral e a prevenção dessa prática. A abordagem da temática se faz pertinente devido a importância diante da iminente necessidade de preservação ambiental e, para ratificar o quanto a prática da poluição ambiental é prejudicial ao ecossistema. Observados os dispositivos legais utilizados para inibir tal conduta e, caso seja comprovado o dolo ou a culpa, verificar-se-á se o candidato poderá ser responsabilizado civilmente pelo dano e qual seria sua possível condenação.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Poluição. Propaganda Eleitoral.

ABSTRACT

The work presented here deals with the liability that the applicant has in relation to the environmental damage it produces because of his election campaign . Thus it turns out , by means of literature , what is the liability that the candidate has , and also what are the legal mechanisms that the national legal order has in order to inhibit the electoral pollution and the prevention of this practice . The approach of the theme becomes relevant because of the importance given the imminent need for environmental preservation and to ratify and the practice of environmental pollution is harmful to the ecosystem . Observing the legal provisions used to inhibit such conduct and, if proven deceit or guilt , will be verifying that the applicant can be held responsible civilly for damage and what would be its possible condemnation.

Keywords: Liability . Pollution . Electoral advertising.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 MEIO AMBIENTE E POLUIÇÃO AMBIENTAL	10
1.1 AS CLASSIFICAÇÕES DE MEIO AMBIENTE	10
1.2 A POLUIÇÃO AMBIENTAL	12
1.3 POLUIÇÃO AMBIENTAL EM DECORRÊNCIA DAS ELEIÇÕES.....	15
2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITO ELEITORAL.....	19
2.1 DIREITO ELEITORAL	19
2.2 UTILIZAÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICO-ELEITORAL	22
2.3 PRINCIPAIS REGULAMENTAÇÕES DO DIREITO ELEITORAL SOBRE O USO DA PROPAGANDA	26
3 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL E O CANDIDATO	30
3.1 RESPONSABILIDADE CIVIL	30
3.2 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL	36
3.3 O CANDIDATO E SUA RESPONSABILIDADE CIVIL, DIANTE DO DANO AMBIENTAL DA CAMPANHA ELEITORAL	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
OBRAS CONSULTADAS	54

INTRODUÇÃO

Em todo ano eleitoral, a integridade do meio ambiente é agredida através da propaganda realizada pelos candidatos durante a campanha. Considerando tais fatos, o presente trabalho tem como objetivo apresentar quando o candidato poderá ser responsabilizado civilmente, por ter dado causa à poluição.

Sobre a poluição, observar-se-ão alguns aspectos da poluição visual, sonora e atmosférica. Estas espécies de poluição agredem as diversas classificações de meio ambiente, a se dizer, o meio ambiente natural, artificial, cultural, do trabalho e o patrimônio genético. Contudo, o presente estudo se restringe apenas na órbita do meio ambiente natural e artificial, conforme as três espécies de poluições acima indicadas.

Assim, a discussão acerca da responsabilidade civil do candidato, em relação aos danos ambientais causados durante o período de campanha eleitoral torna-se relevante, pois a reparação do dano será equivalente na amenização do impacto, o que dará equilíbrio à relação jurídica, ou seja, o prejuízo causado pelo candidato e a proteção ambiental.

Além disso, a pesquisa acadêmica sobre o tema se faz pertinente, tendo em vista que, a partir do momento em que o homem toma ciência dos riscos de seu comportamento e percebe o quanto isso afetará o meio em que ele vive, poderá refletir melhor acerca de sua conduta, bem como sobre as consequências em que se submeterá.

O desenvolvimento do tema se dará na égide do método dogmático de análise do direito, haja vista que as abordagens ocorrerão com base em previsões normativas da legislação brasileira, o que incorre no fenômeno da positivação,

cumprindo-se o princípio constitucional da legalidade, restringindo-se ao âmbito normativo e doutrinário, bem como sua eficácia social, a partir do estudo nas áreas cível, ambiental e eleitoral.

O método científico de abordagem sobre a temática incorrerá, então, nos ditames dedutivos, uma vez que, observar-se-á a coleta das normatizações jurídicas vigentes no Brasil sobre o assunto e serão feitos os apontamentos que esta oferece, deduzindo-se, portanto, qual a responsabilidade civil do candidato face aos danos causados ao ambiente, em decorrência de seu nome durante o período de campanha eleitoral.

Portanto, verificar-se-á, a partir da pesquisa bibliográfica, o ordenamento jurídico brasileiro, por intermédio de seus fundamentos e disposições legais atuais, para solucionar o problema proposto e concretizar a possível resposta.

Para o desenvolvimento, o tema será desdobrado em três capítulos. No primeiro capítulo abordar-se-ão temáticas referentes ao meio ambiente e poluição, conceituando as classificações sobre o meio ambiente, a poluição ambiental e a poluição ambiental em decorrência das eleições.

Já no segundo capítulo será trabalhada a questão eleitoral, em um primeiro momento, de forma geral, posteriormente observando as formas de utilização de propaganda eleitoral e as regulamentações sobre o assunto.

Para então no terceiro e último capítulo enfocar a temática central, que tem o objetivo de expor qual é a responsabilidade civil do candidato diante da poluição ambiental causada em função das eleições.

1 MEIO AMBIENTE E POLUIÇÃO AMBIENTAL

Para entender a questão ambiental, faz-se necessário apontar algumas ideias sobre as espécies de classificação do meio ambiente, conceituar o que é a poluição ambiental, quais são suas espécies e o que ela afeta, para que, após isso, possa se discutir o que vem ser a poluição ambiental decorrente das eleições.

1.1 AS CLASSIFICAÇÕES DE MEIO AMBIENTE

Antes de classificar o meio ambiente, é relevante conceitua-lo. Nesse intuito, afirma Paulo de Bessa Antunes:

[...] meio ambiente é um conjunto de ações, circunstancias, de origens culturais, sociais, físicas, naturais e econômicas que envolve o homem e todas as formas de vida. É um conceito mais amplo que o de natureza, o qual em sua acepção tradicional limita-se aos bens naturais. Daí ser possível falar-se em meio ambiente urbano, meio ambiente do trabalho, etc. (ANTUNES, 2013, p. 606)

Compreendendo, sumariamente, o que é meio ambiente, passará a observar suas classificações por espécies. É possível se classificar cinco espécies elementares de meio ambiente, onde cada uma delas desenvolve uma função específica na sociedade. Estão dispostas, ora de forma implícita, ora explícita ao longo do texto constitucional, as quais são: meio ambiente natural, meio ambiente artificial, meio ambiente cultural, meio ambiente do trabalho e o patrimônio genético.

Conforme o ensino de Fiorillo (2011, p. 74) meio ambiente natural, ou meio ambiente físico, “é constituído pela atmosfera, pelos elementos da biosfera, pelas águas (inclusive pelo mar territorial), pelo solo, pelo subsolo (inclusive recursos minerais), pela fauna e flora.”

Observa-se pela definição exposta acima, que o meio ambiente físico é necessariamente constituído pelos elementos que compõem a natureza biológica.

A Constituição Federal, em seu artigo 225, § 1º, incisos I, III e VII, prevê:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

Tal dispositivo constitucional tem por objetivo apresentar quem possui direito ao usufruto do meio ambiente natural, delimitar quem são as pessoas responsáveis pela sua tutela, bem como cada um deles devem agir.

Acerca do meio ambiente artificial o doutrinador supramencionado afirma que “é compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (chamado de espaço urbano fechado), e pelos equipamentos públicos (espaço urbano aberto).” (FIORILLO, 2011, p. 74)

Verifica-se neste conceito que tal ambiente possui relação direta com o conceito de cidade, o que não exclui os espaços rurais, uma vez que este contexto aplica-se a todo espaço habitável.

A tutela do meio ambiente artificial, além de prevista, de forma genérica no artigo 225 da Constituição Federal, também está prevista no artigo 182 e artigo 21, inciso XX, ambos expressos na mesma carta magna.

O artigo 216, incisos de I a V da lei maior, prevê acerca do meio ambiente cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Portanto, compõe o meio ambiente cultural espaços que tenham por finalidade a expressão de alguma identidade, podendo ser material ou imaterial, de forma individual ou coletiva. De forma mais expressa, observa-se algumas

edificações, espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ainda, nas lições de Fiorillo (2011, p. 77):

Constitui meio ambiente do trabalho o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais relacionadas à sua saúde, sejam remuneradas, ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores independente da condição que ostentem (homens ou mulheres, maiores ou menores de idade, celetistas, servidores públicos, autônomos etc.).

Verifica-se, portanto, que o meio ambiente do trabalho deve estar diretamente ligado com o local onde o indivíduo exerce suas atividades laborais, que deve conter os requisitos básicos para que não afete a incolumidade físico-psíquica do trabalhador, indistintamente.

Sirvinskas (2005, p. 246) afirma que o patrimônio genético é formado pelos seres vivos que habitam o planeta Terra, o que inclui a fauna, a flora, os microorganismos e os seres humanos.

A respeito do tema, o inciso I do art. 7º da Medida Provisória nº 2.186-16/01 define patrimônio genético como

informação de origem genética, contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, na forma de moléculas e substâncias provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos, encontrados em condições *in situ*, inclusive domesticados, ou mantidos em coleções *ex situ*, desde que coletados em condições *in situ* no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva. (BRASIL, 2001)

Com fins de tutelar constitucionalmente as espécies vegetais, fúngicas, microbianas ou animais, foi observada a tutela jurisdicional judicial ante qualquer ameaça ou lesão ao patrimônio genético brasileiro.

1.2 POLUIÇÃO AMBIENTAL

O professor G. Tyler Miller Jr. traz a seguinte definição de poluentes e poluição:

Poluentes são substâncias químicas encontradas no meio ambiente em níveis altos ou suficiente para fazer mal às pessoas ou a outros organismos. Poluição é qualquer acréscimo ao ar, água, ao solo ou ao alimento que ameace a saúde, a sobrevivência ou as atividades de seres humanos ou de outros organismos vivos. (MILLER, 2007)

No mesmo diapasão, escreve Luiz Antônio Abdalla de Moura que “poluição ambiental é definida como sendo qualquer ação ou omissão do homem que, através da descarga de material ou energia sobre os elementos da natureza, tais como águas, o ar, o solo, causem desequilíbrio prejudicial ao meio ambiente.” (MOURA, 2008, p. 354)

Considerando tais definições, a legislação pátria extrai para si, este conceito e o aplica em sua política Nacional do Meio Ambiente, com vistas à tutela ambiental.

A Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, trata a respeito de poluição e degradação. Prevê o artigo 3º, incisos II e III, e alíneas:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos; (BRASIL, 1981)

Infere-se da lei, portanto, que a poluição ambiental ocorre quando há degradação na qualidade do ambiente, cujo fato tenha ocorrido como resultado da ação direta ou indireta, trazendo prejuízos diversos às diversidades ambientais.

Dentro desse contexto, pode se trazer à luz da discussão as três espécies de poluição que, de forma contumaz e prejudicial, mais agriem o meio ambiente, isto é, a poluição visual, sonora e atmosférica.

Por poluição ambiental visual, explica Fiorillo (2011, p. 328):

[...] tendo em vista que o meio ambiente artificial busca tutelar a sadia qualidade de vida nos espaços habitados pelo homem, temos que a **poluição visual é qualquer alteração resultante de atividades que causem degradação da qualidade ambiental desses espaços, vindo a prejudicar, direta ou indiretamente, a saúde, a segurança, o bem-estar da população, bem como a criar condições adversas às atividades sociais e econômicas ou a afetar as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.**

Diante disso, resta ainda mais evidente que a poluição visual não está restrita à estética urbana, sendo esta apenas uma das facetas de sua incidência. Em grau maior, ela prejudica a própria saúde, e, por decorrência, a obtenção de uma vida saudável. (grifo nosso)

Observadas estas pontuações, entende-se que a poluição visual pode ser qualquer forma de comprometimento da condição visual do cenário ambiental, podendo ser, não apenas no cenário urbano, mas, também, em áreas rurais.

Castanheiro (2009, p. 66), afirma que “podem ser citadas como fonte de poluição visual as mídias conhecidas como *outdoor*, *totem*, *backligh*, *frontlight*, painel digital ou eletrônico, o triedro, fachadas muros e cartazes”. Assim a poluição visual ocorre das mais variadas formas. Alguns exemplos são o acúmulo excessivo de propagandas (faixas, cartazes, placas, letreiros etc.) num reduzido espaço físico, o grafite como expressão de arte alternativa em local impróprio, até mesmo a dispersão de um elevado volume de lixo em algum local específico. Implica dizer que a poluição visual está relacionada a uma banalização no ambiente, que pode ser percebida visualmente e envolve uma vasta gama de poluentes em seu bojo.

Quanto a poluição sonora, Fiorillo (2011, p. 311) ensina que para discutir o assunto, precisa-se fazer distinção entre som e ruído. Preceitua:

Nesse contexto podemos afirmar que *som* é qualquer variação de pressão (no ar, na água...) que o ouvido humano possa captar, enquanto o *ruído* é o som ou conjunto de sons indesejáveis, desagradáveis, perturbadores. O critério de distinção é o *agente perturbador*, que pode ser variável, envolvendo o fator psicológico de tolerância de cada indivíduo. (grifo do autor)

A poluição ambiental sonora, então, diz respeito à concentração de sons ou ruídos em um determinado espaço. Afirma Codato (2014, *on-line*) que “a poluição sonora não é apenas um problema de desconforto acústico, a concentração excessiva de ruídos em áreas urbanizadas representa um problema sério para o grupo de pessoas que reside nesses locais, tendo que ser tomada as devidas providências a fim de solucionar o fato”. Todavia, considerando o contexto em de forma mais abrangente, é possível que se aplique tal entendimento não apenas em áreas urbanas, mas, também, em qualquer outro ambiente onde haja a presença de seres vivo e a grande propagação de ruídos venham afetar a saúde e a qualidade de vida daqueles que ali permanecem.

Por fim, Fiorillo (2011, p. 341) escreve sobre a poluição atmosférica:

Quando ocorre alteração e degradação do ar, comprometendo-se, dessa forma, os processos fotossintéticos e a vegetação aquática e terrestre, estamos diante da poluição atmosférica, que contribui para inúmeras patologias, como, por exemplo, o enfisema, a bronquite, a rinite alérgica e as deficiências visuais. Para agravar toda essa situação, temos que a poluição atmosférica é transfronteiriça, de modo que os animais e o próprio vento cuidam de espalhá-la a grandes distâncias de suas fontes.

À vista disso, tem-se por certo que, além dos males trazidos à saúde física dos seres vivos, os gases poluentes expelidos no ar ainda causam danos irreversíveis à chamada camada de ozônio. Segundo Fiorillo (2011, p.341) este fenômeno se agrava “porquanto ela absorve os raios solares ultra violeta, que não são mais retidos nessa camada, incidindo diretamente sobre a atmosfera. Os gases retidos conservam temperatura, daí o nome efeito estufa, em analogia à situação de uma estufa que conserva calor”.

O mesmo autor, ainda, ensina que:

As principais causas da poluição atmosférica são decorrentes dos processos de obtenção de energia, das atividades industriais, principalmente daquelas que envolvem combustão, e dos transportes, em que recebem destaque os veículos automotores, em especial o transporte ferroviário. (FIORILLO, 2011, p. 342)

Entendendo o que é meio ambiente, a forma como se classifica, o que é poluição ambiental e suas principais espécies, observar-se-á no tópico abaixo quais suas relações e como elas influenciam no âmbito eleitoral.

1.3 POLUIÇÃO AMBIENTAL EM DECORRÊNCIA DAS ELEIÇÕES

Um dos pontos de maior relevância dentro deste trabalho é a respeito da poluição ambiental advinda dos meios de propaganda que são utilizadas ao decorrer das campanhas eleitorais.

Levando-se em consideração as definições de poluição supramencionadas, pode-se concluir que a poluição ambiental em decorrência das eleições, é qualquer ação ou omissão do homem que, ao promover as propagandas eleitorais, descarrega material ou energia sobre os elementos da natureza, tais como águas, o ar, o solo, causem desequilíbrio prejudicial ao meio ambiente.

Não é recente a percepção dos problemas ambientais causados pela propaganda eleitoral. Andreotti Musetti afirma:

Todo ano eleitoral, ao término das eleições, a população, após cumprir seu valioso direito de votar, observa, com maior atenção e percepção, a degradação ambiental espalhada por toda cidade. O espaço público transforma-se no lixo privado. São amontoados, espalhados e rasgados, milhões de panfletos, cartazes, microcartazes, folders e todo tipo desta peculiar espécie de propaganda – a eleitoral. (ANDREOTTI, 2000, s.p)

Tendo em vista este posicionamento, verifica-se que, ao longo do período eleitoral, ocorrem as chamadas campanhas eleitorais e, ao seu decorrer, candidatos e partidos políticos, exercendo seu direito de propaganda (matéria que será estudada nos títulos 2.2 e 2.3), distribuem panfletos, fixam placas, inserem adesivos em automóveis, utilizam carros de som, dentre outros recursos, tudo isso a fim de conquistar o voto de confiança do eleitor.

Ocorre que a distribuição e propagação desse material em larga escala, acaba trazendo ao meio ambiente uma grande quantidade de poluentes, sejam visuais, sonoros ou atmosféricos.

No que tange estritamente à poluição eleitoral sonora, a perda da qualidade acontece através do som instalado em veículos como carros, motos e caminhões que passam grande parte do dia reproduzindo os *dingles* dos candidatos em volumes excessivos ou, por meio da realização de eventos em desacordo com os limites legalmente estabelecidos para a emissão de ruídos.

Porém, não são apenas os equipamentos eletrônicos que produzem poluição sonora durante o período eleitoral. Normalmente, acompanhados destes, vem os fogos de artifícios, foguetes e rojões, que são deflagrados, com a finalidade de chamar ainda mais a atenção do ouvinte. Contudo, estima-se que esta prática traz problemas ambientais tanto à saúde humana, quanto à fauna.

Concomitante à poluição sonora, pode-se afirmar, também, que os carros e motos de som, equipados com motores de combustão, provocam a poluição atmosférica, tendo em vista que lançam ao ar monóxido de carbono.

É notório que desde as vésperas do primeiro domingo de outubro em ano eleitoral, dia em que ocorrem as eleições, as ruas próximas às zonas de votação ficam encobertas por panfletos com a imagem do candidato e seu número de candidatura, fato que se classifica como poluição visual, conforme visto anteriormente. Apesar de esta ser uma das formas de poluição mais desagradável, também há outras que, nesse mesmo sentido, trazem prejuízos ao meio ambiente

visual. São elas placas móveis e fixas, bonecos, veículos com adesivos, bandeiras etc.

Além dessas discussões, é conveniente também, abordar alguns pontos como, por exemplo, o modo como é feito o descarte de todo o material de propaganda produzido durante as eleições e quais são os impactos ambientais que esses materiais produzem na natureza.

Material de propaganda como panfletos, popularmente conhecido como “santinhos”, cartazes, placas etc., são visto pela ciência ambiental como resíduos sólidos. Disseminar esses materiais de forma descontrolada causam problemas ao ambiente artificial, como o entupimento de bueiros, ocasionando, consequentemente enchentes e alagamentos, e, acidentes de pedestres ou ciclistas que escorregam nos folhetos.

Segundo a Associação Mineira do Ministério Público (2014, s. p.), somente nas eleições de 2012, em Belo Horizonte, foram recolhidas das ruas mais de 128 toneladas de resíduos de lixo eleitoral, contando com o apoio de aproximadamente 1.500 garis que ficaram incumbidos de limpar esta sujeira. Todo o material recolhido foi levado para o aterro sanitário de Sabará/MG. Esta é apenas a amostra de um dos milhares de municípios brasileiros que, a cada dois anos, sofrem os impactos ambientais causados pela poluição da propaganda eleitoral.

Um fato a se questionar, também, é a destinação que se dá a estes dejetos. O exemplo acima mencionado informa que foram jogados no aterro sanitário. Contudo, a despoluição visual do ambiente urbano, neste caso, ocasiona a poluição do meio ambiente natural, tendo em vista que a decomposição de tais resíduos pode durar centenas de anos.

A incineração também não é uma prática aceitável, pois, da mesma forma que no caso anterior, estaria apenas substituindo o local de impacto ambiental, só que esta vez o meio ambiente prejudicado seria a atmosfera terrestre. Sobre isso, Miller (2007, p. 457) traz quer “a maior parte dos resíduos sólidos urbanos do mundo é queimada em aterros sanitários que podem derramar líquidos tóxicos no solo e em aquíferos subterrâneos”.

Para se resolver o problema dos resíduos sólidos descendentes da propaganda eleitoral, é viável a formação de uma equipe técnica para fazer um estudo de impacto ambiental e tratar qual seu melhor destino. Nesse sentido Antunes (2013, p. 660):

A equipe técnica exigida para a realização de estudos de impacto ambiental é multidisciplinar. Essa exigência decorre da própria natureza do EIA que, como se viu, engloba conhecimento de várias ciências. Os integrantes da equipe técnica, portanto, dever ser profissionais das diversas áreas envolvidas no projeto cujo licenciamento se pretende.

Com vistas à reciclagem verifica-se:

Em teoria, quase tudo pode ser reciclado, mas apenas duas questões importam. *Primeira*, o item será realmente reciclado? Por vezes, os resíduos separados coletados para reciclagem, são misturados com outros resíduos e enviados para aterros sanitários ou incineradores, isso pode ocorrer quando os preços de matérias primas recicladas caem muito.

Segunda, as empresas e os indivíduos completarão o ciclo de reciclagem comprando os produtos feitos de material reciclado? Se não comprarmos tais produtos, a reciclagem não funciona. (MILLER, 2007, p. 454)

Assim, é possível que a alternativa menos danosa ao ambiente seja o envio destes materiais às usinas ou centros de reciclagem – que faz a seleção daquilo que pode e do que não pode ser reciclado – diminuindo, portanto, os efeitos do impacto ambiental.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITO ELEITORAL

Após observar alguns aspectos da poluição ambiental decorrente das eleições, se faz viável compreender algumas noções básicas do Direito Eleitoral, da propaganda política e conhecer quais são as principais regras dentro do ordenamento jurídico para estabelecer os limites da propaganda eleitoral.

2.1 DIREITO ELEITORAL

Sobre o Direito Eleitoral, existem alguns conceitos basilares e, dentre eles, escreve Tito Costa que “pode ser entendido como um conjunto de normas destinadas a regular os deveres do cidadão em suas relações com o Estado, para sua formação e atuação. *Estado* aqui entendido no sentido de *governo*, administração [...]” (COSTA, 1992, p. 17) (grifo do autor)

Marcos Ramayana conceitua:

O Direito Eleitoral é um conjunto de normas jurídicas que regulam o processo de alistamento, filiação partidária, convenções partidárias, registro de candidaturas, propaganda política eleitoral, votação, apuração, proclamação dos eleitos, prestação de contas de campanhas eleitorais e diplomação, bem como as formas de acesso aos mandatos eletivos através dos sistemas eleitorais.

Na verdade, o Direito Eleitoral tem por função regulamentar a distribuição do eleitorado, o sistema eleitoral, a forma de votação, a apuração, a diplomação e garantir a soberania popular através do voto eletrônico ou do depósito da cédula na urna eleitoral. (RAMAYANA, 2006, p. 24)

De acordo com os ensinamentos de José Jairo Gomes (2013, p. 21), “Direito Eleitoral é o ramo do Direito Público cujos objetos são os institutos, as normas e os procedimentos regularizadores dos direitos políticos. Normatiza o exercício do sufrágio com vistas à concretização da soberania popular”.

Semelhantemente, Almeida (2011, p. 39):

Conceituamos Direito Eleitoral como o ramo do Direito Público constituído por normas e princípios disciplinadores do alistamento, do registro de candidaturas, da propaganda política, da votação, da apuração e da diplomação dos eleitos, bem como das ações, medidas e demais garantias relacionadas ao exercício do sufrágio popular.

Assim, considerando as afirmativas acima expostas, verifica-se que é função do Direito Eleitoral estabelecer os ditames que delimitam o processo eleitoral como um todo, fixando-se assim quais serão as formas de utilização de recursos para angariamento de votos durante a campanha realizada por cada candidato e seus respectivos partidos políticos.

O direito eleitoral, todavia, possui alguns conceitos indeterminados, isto é, nem sempre são precisos, fato que conduz a interpretações de sentidos ambíguos, o que fomenta um sentimento de insegurança jurídica. A fim de pacificar este entendimento, Gomes (2013, p. 24) explica:

Para tanto, deverá o intérprete apoiar-se em parâmetros objetivos, claros, presentes na realidade sociocultural, como os valores, os preceitos éticos-morais já cristalizados, os usos, as chamadas regras de experiência, os costumes, a finalidade, as consequências. Desta sorte, o poder do juiz é ampliado, uma vez que lhe é outorgada maior liberdade no processo de determinação do direito ao apreciar os casos submetidos a julgamento. Permite-se-lhe, à luz do mesmo preceito legal, valorar diferentemente a situação e chegar a resultados diversos. Fácil então, constatar a grave responsabilidade social do magistrado ao deparar com conceitos indeterminados. (GOMES, 2013, p. 24)

Assim, verifica-se a necessidade do magistrado deter conhecimento técnico de interpretação do direito, a fim de que promova a justiça do conflito que envolve as partes. Para isso, a disciplina se apoia, também, em suas fontes, ou seja, naquilo que dá origem ou fundamento do direito. Neste caso as fontes variam entre material e formal.

Gomes (2013, p.24) esclarece:

Fonte material são os múltiplos fatores que influenciam o legislador em seu trabalho de criar normas jurídicas. Tais fatores podem compreender diversas tendências psicológicas, fenômenos e dados presentes no ambiente social, envolvendo pesquisa de ordem histórica, econômica, religiosa, axiológica, moral, política, psicológica, sociológica, entre outras. Também não se pode ignorar os ajustes feitos no Parlamento, bem como a forte atuação de “grupos de pressão”, os famosos *lobbys*, a influenciar na definição do conteúdo da norma.

O funcionamento do Direito Eleitoral está atrelado, de forma totalmente dependente, à organização da Justiça Eleitoral. Integram a Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais. (BRASIL, 1988)

Segundo Almeida (2011, p. 179), o TSE “é o órgão de cúpula da Justiça eleitoral. Consiste no tribunal superior que dá a última palavra em matéria eleitoral. Tem sede em Brasília e jurisdição para todo o território nacional”, e é composto por pelo menos sete membros.

Já os Tribunais Regionais Eleitorais “são os órgãos de segundo grau de jurisdição da Justiça Eleitoral (são tribunais de apelação). Tem sede na capital dos Estados e no Distrito Federal e jurisdição no respectivo território”. Assim como no Tribunal Superior, os TREs também são compostos por sete membros, contudo, o critério de escolha é diferente em cada grau de jurisdição. (ALMEIDA, 2011, p. 183)

Quanto aos juízes eleitorais:

No primeiro grau de jurisdição, haverá divisão de Estado e do Distrito Federal em zonas Eleitorais, sendo que um Juiz de Direito será nomeado pelo TER para exercer a jurisdição eleitoral na respectiva área, sem descurar ou se afastar da jurisdição ordinária. Cada Juiz Eleitoral receberá, a título de remuneração pelo serviço prestado à Justiça Eleitoral, uma gratificação mensal. (ALMEIDA, 2011, p. 187)

Por fim, e, não menos importante, as juntas eleitorais:

As Juntas Eleitorais são compostas por três ou cinco integrantes, sendo um deles o presidente, um Juiz de Direito (Juiz Eleitoral) e os demais cidadãos de notória idoneidade. São criadas 60 (sessenta) dias antes das eleições (CE, art. 36, § 1º). São, ao lado dos Juízes Eleitorais, órgãos de primeiro grau de jurisdição da Justiça Eleitoral. (ALMEIDA, 2011, p. 188)

Desta maneira, tem-se um conceito genérico da organização da Justiça Eleitoral. Apesar de o Ministério Público não compor este organismo, ele tem autonomia para participar do processo eleitoral, isto porque, nos dizeres do artigo 127 da Carta Magna, “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

O artigo 127, § 1º da Constituição Federal, estabelece que, para este órgão atuar, deve obedecer três princípios institucionais: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. (BRASIL, 1988)

Destarte, infere Gomes (2013, p. 82), mencionando o AREspe nº 28.511/RJ:

A *unidade* significa que seus membros formam um só corpo, sendo que a manifestação de um traduz, no momento em que externada, a vontade da instituição. Pela *indivisibilidade*, os membros exercem um ministério em

comum, podendo se substituir reciprocamente de acordo com critérios legalmente traçados. Já a *independência funcional* significa que o membro do Ministério Público tem liberdade e autonomia para exercer suas funções, de sorte que, ao realizar suas atividades típicas, só está sujeito à Constituição, às leis e à sua própria consciência; assim, a manifestação realizada “em um dado momento do processo, não vincula o agir do outro membro, no mesmo processo” (TSE – AREspe nº 28.511/RJ – JTSE 2:2008:149).

Leciona Almeida (2011, p. 214):

O Ministério Público Eleitoral é o órgão do Ministério Público incumbido de promover, junto a Justiça Eleitoral, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

[...]

Perante o Tribunal Superior Eleitoral oficia o Procurador Geral Eleitoral. O PGE é o próprio Procurador Geral da República, o qual tem poderes para designar, dentre um dos Subprocuradores-Gerais da República, aquele que será o Vice Procurador Geral Eleitoral. Incumbe a estes substituir o PGE nos casos de suspeição, impedimento e ausências eventuais.

Definidos os conceitos gerais que regem o Direito Eleitoral, estudar-se-á adiante, um ponto de relevância dentro da temática, isto é, a propaganda eleitoral e algumas de suas peculiaridades.

2.2 UTILIZAÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICO-ELEITORAL

No dicionário, propaganda significa:

“ato ou efeito de propagar; disseminação de ideias, informação ou rumores com fim de auxiliar ou prejudicar uma instituição, causa ou pessoa; doutrinas, ideias, argumentos, fatos ou alegações divulgados por qualquer meio de comunicação a fim de favorecer a causa própria ou prejudicar a causa oposta [...]” (MICHAELLIS, 2015, on-line).

Outra definição traz, de forma semelhante, como sendo “atividade de divulgação de ideias: propaganda política; divulgação comercial: fazer propaganda a um novo produto” (LEXICO, 2015, on-line).

Aduzindo a temática, Pinto Ferreira afirma:

A propaganda é uma técnica de apresentação de argumentos e opiniões ao público, de tal modo organizada e estruturada para induzir conclusões ou pontos de vistas favoráveis aos seus anunciantes. É um poderoso instrumento de conquistar a adesão de outras pessoas, sugerindo-lhes ideias que são semelhantes às aquelas expostas pelos propagandistas. (FERREIRA, 1991, p. 35)

Assim, a propaganda tem, em sua essência, um papel de comunicação entre a pessoa que pretende disseminar uma ideia com a coletividade, a qual será o alvo daquilo que está sendo divulgado. A função da propaganda, portanto, é a busca pelo convencimento daquele que a recebe, podendo ela ocorrer de forma sonora, visual, material ou imaterial.

De acordo com Fávila Ribeiro (2000, p. 445), propaganda eleitoral é o conjunto de técnicas que se propõem a suggestionar os eleitores em suas escolhas. Já para Luís Pinto Ferreira (1997, p. 289) se trata de "uma técnica de apresentação, argumentos e opiniões ao público, de tal modo organizada e estruturada para induzir conclusões ou pontos de vista favoráveis aos seus anunciantes. É um poderoso instrumento para conquistar a adesão de outras pessoas, sugerindo-lhes ideias que são semelhantes àsquelas expostas pelos propagandistas".

Na verdade, a propaganda eleitoral é a espécie da propaganda política que é em regra efetuada nos três meses que antecedem o pleito eleitoral e que têm como objetivo conquistar o voto do eleitor. É importante salientar que também se enquadram nesse conceito os eventos eleitorais, como carreatas, comícios, panfletagens e passeatas, que também fazem parte do conceito de propaganda eleitoral de rua (BARRETO, 2004, p. 43).

É importante frisar a distinção entre propaganda e publicidade, pois tais palavras, embora possam soar alguma semelhança, possuem sentidos peculiares. Nesse ínterim assevera Gomes:

Enquanto a finalidade da publicidade é sempre econômico-comercial – presentes as ideias de lucro, mercado e consumo –, a propaganda tem em foco a comunicação ideológica. Ambos tem em vista persuadir e chamar a atenção do público, mas a publicidade visa sugerir-lhe ou infundir-lhe desejo acerca de produtos, serviços e marcas colocadas no mercado consumidor. (GOMES, 2014, p. 356)

Com o avanço das tecnologias, se tornou essencial a renovação das técnicas pela conquista do voto. Para que o candidato pudesse divulgar suas intenções ao pleitear algum cargo político, não é possível alcançar um considerável número de eleitores apenas com as apresentações públicas em forma de comícios, mas, é essencial a utilizar a propaganda nos mais variados meios de comunicação disponíveis.

Em torno dessas questões, pontua Gomes:

Tal é igualmente confirmado pela verdade de instrumentos de comunicação de massa explorados nas eleições, com destaque para o rádio e a televisão, além de outras mídias relevantes, como painéis, faixas, mala direta, panfletos, bonecos apostos em vias públicas e cartazes volantes. O foco, sempre, é embalar o político, de maneira a alavancar sua imagem pública. Busca-se ampliar sua credibilidade, conferir-lhe ares de transparência, seriedade, retidão, caráter e honestidade, de sorte que as relações estabelecidas com o “público-alvo” – o eleitor – sejam fortes e duradouras, o que termina por refletir no resultado das urnas. Consequentemente, o neologismo *marketing político* vem lentamente penetrando na linguagem. Diz-se nesse caso que o “produto” oferecido é a própria imagem do homem público. (GOMES, 2014, p. 357)

Dentre as tecnologias de propaganda já mencionadas, há outras que, como o passar dos dias, vêm ganhando mais força, principalmente pelo baixo custo de sua veiculação e grande acessibilidade. Trata-se da propaganda virtual, a qual é veiculada via internet, através de *websites* hospedeiros de vídeos, *blogs*, redes sociais e as próprias páginas pessoais dos candidatos e partidos políticos, dentre outros, nos quais podem ser publicadas quaisquer informações relevantes de acordo com a conveniência de cada um deles.

Gomes salienta essa perspectiva trazendo a seguinte informação:

A Internet e as novas mídias também desempenham papel decisivo na histórica eleição de Barack Obama para presidência dos EUA, ocorrida em 4 de novembro de 2008. Em 2003, o pré-candidato Howard Dean já tinha usado, com sucesso, a rede para disputar uma vaga pelo Partido Democrata na eleição presidencial de 2004; mas a escolha do Partido recaiu em John Kerry, que, por sua vez, perdeu as eleições para o Republicano George Bush. Barack Obama foi o primeiro candidato eleito a usar intensamente a Internet e as redes sociais. Destacou-se sua sagacidade ao usar a Internet para se comunicar com os norte-americanos (notadamente com a população jovem e as minorias formadas por afrodescendentes e latinos), engendrar um movimento nacional, mobilizar eleitores e mantê-los coesos em torno de sua candidatura, difundir sua mensagem e arrecadar recursos para campanha. No tocante financeiro, a mudança foi radical. Foram arrecadados pela Internet mais de 500 milhões de dólares, prevalecendo doações inferiores a 200 dólares. A tecnologia possibilitou a pulverização dos patrocinadores da campanha presidencial, o que enfraqueceu a ação de grandes corporações privadas, sempre ávidas para influir nas decisões estatais pela via do financiamento eleitoral. Chegou-se a dizer que “o dinheiro pequeno venceu o dinheiro graúdo”. (GOMES, 2014, p. 359)

Pode-se ponderar, portanto, que a propaganda via internet, além de ser de fácil difusão, é um meio rentável para o candidato que pleiteia um cargo político, desde que o candidato haja com sabedoria para obter o carisma e a simpatia de seus eleitores, pois, além de crescer nas perspectivas de voto, há, também, a

possibilidade de se conseguir arrecadação de verba que auxilie no financiamento de sua campanha.

Gomes (2013, p. 362) instrui que “nem tudo é permitido na propaganda política. Ao contrário, ela se submete à observância de alguns princípios, a uma rígida disciplina legal e ao controle da Justiça Eleitoral, o qual é exercido quer no âmbito do poder de polícia, quer no jurisdicional”. Os princípios são: da legalidade, da liberdade, da responsabilidade, da igualdade ou isonomia, da disponibilidade e do controle judicial.

Para Almeida (2011, p. 305), no princípio da legalidade “toda propaganda deve estar de acordo com o disciplinado em lei. A propaganda eleitoral está regida pela Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/97) e, na parte não revogada, pelo Código Eleitoral”.

Ainda diz Almeida (2011, p. 305), sobre o princípio da liberdade, contextualizando o Código Eleitoral:

É livre, salvo as restrições legais, toda e qualquer forma de propaganda. Com efeito, reza a Lei das Eleições em seu art. 39, *caput*, que “a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia”. Ademais está previsto no mesmo diploma legal, que “em bens particulares, independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4m² (quatro metros quadrados) e que não contrariem a legislação eleitoral...” (§ 2º do art. 37)

No que se refere ao princípio da responsabilidade, Almeida (2011, p. 305) afirma que “embora livre, há a possibilidade de se buscar a responsabilização civil, penal e até administrativa, pelos ilícitos, abusos e excessos cometidos na propaganda eleitoral. A lei eleitoral, a propósito, prevê direito de resposta e cominação de penalidades administrativas e penais aos infratores, sem prejuízo da reparação dos danos morais e materiais dela decorrentes”.

Este princípio é o principal dentro da temática abordada no presente trabalho, haja vista que, a ideia central é conhecer qual seja a responsabilidade civil cabível ao candidato poluidor.

Gomes (2013, p. 362) informa sobre o princípio da igualdade:

Igualdade ou Isonomia – todos os interessados, inclusive partidos e coligações, devem ter iguais oportunidades para veiculação de seus programas, pensamentos e propostas. A igualdade é, aí, meramente formal,

não material, já que os maiores partidos contam com maioria no Parlamento e, conseqüentemente, detêm maior espaço na propaganda partidário-eleitoral. Ademais, não há uniformização de gastos nas campanhas eleitorais, o que permite que algumas sejam milionárias e outras franciscanas.

Pelo princípio da disponibilidade preceitua José Joel Cândido (2003, p. 142):

Decorrente do Princípio da Liberdade de Propaganda, significa que, os partidos políticos, coligações, candidatos e adeptos podem dispor da propaganda lícita, garantida e estimulada pelo Estado, já que a lei pune com sanções penais a propaganda criminosa e pune a propaganda irregular com sanções administrativo-eleitorais, precipuamente.

Por fim, o princípio do controle judicial, conforme a lição de Almeida (2011, p. 306)

A Justiça Eleitoral é a única incumbida de aplicar regras gerais jurídicas atinentes à propaganda eleitoral. A ela cabe exercer, inclusive, a fiscalização e aplicar, se for o caso, as medidas punitivas, valendo-se, para tanto, do poder de polícia que lhe é inerente.

Deve, igualmente, o Ministério Público Eleitoral promover a responsabilização, inclusive criminal, dos infratores.

Tendo conceituado a propaganda eleitoral, bem como os princípios a norteiam o estudo continuará, observando o embasamento jurídico da propaganda eleitoral.

2.3 PRINCIPAIS REGULAMENTAÇÕES DO DIREITO ELEITORAL SOBRE O USO DA PROPAGANDA

De acordo com as regras do Direito Eleitoral, as propagandas políticas encontram-se divididas em quatro espécies, quais sejam: partidária, intrapartidária, eleitoral e institucional. Observar-se-á adiante um breve conceito acerca de cada uma.

Quanto a propaganda partidária, a Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Partidos Políticos, prevê nos artigos 45 à 49 o acesso gratuito ao Rádio e Televisão para os partidos, bem como a Resolução TSE nº 20.034/97 (alterada pela Res. nº 22.503/2006) que vêm prevendo a forma como deve ocorrer este tipo de propaganda.

Conceitua Gomes:

Consiste a propaganda partidária na divulgação das ideias e do programa do partido. Tem por finalidade facultar-lhe a exposição e o debate público de sua ideologia, de sua história, de sua cosmovisão, de suas metas, dos valores agasalhados, do caminho para que seu programa seja realizado, enfim, de sua proposta para melhoria ou transformação da sociedade. Com isso a agremiação aproxima-se do povo, ficando sua imagem conhecida e, pois, fortalecida. Pode haver confronto de opiniões, teses, propostas de soluções para problemas nacionais, regionais ou locais, mas sempre à luz do ideário político. (GOMES, 2014, p. 364)

A propaganda partidária, então, tem como cunho a conquista e manutenção do poder político, tendo-se em conta que uma de suas premissas a busca pelo convencimento dos eleitores dos ideais que aí são transmitidos.

O artigo 17, § 3º, da Constituição Federal prevê:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

[...]

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recurso do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei. (BRASIL, 1988)

Isso implica dizer que aos partidos políticos é assegurado o direito de antena, o que significa o acesso gratuito ao rádio e televisão, conforme prevê a lei.

A propaganda intrapartidária está prevista no artigo 36, § 1º, do Código Eleitoral, a qual dita qual será a forma em que cada partido deve obedecer, caso tenha o interesse de realizá-la.

Almeida (2011, p. 308), comenta a propaganda intrapartidária:

Está prevista no § 1º do art. 36 da Lei n.º 9.504/97.

Ela se refere ao postulante à candidatura a cargo eletivo. Para tal pessoa é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária (propaganda "*interna corporis*"), com vistas à indicação de seu nome pela agremiação partidária.

Gonçalves ensina que: "como a própria expressão sugere, essa propaganda não se dirige aos eleitores em geral, senão aos afiliados à agremiação que participarão da convenção de escolha dos candidatos que disputarão os cargos eletivos. Daí a vedação do uso de meios de comunicação em massa, como rádio, televisão e *outdoor*" (GONÇALVES, 2014, p.369). Esta modalidade de propaganda

pode ser utilizada apenas no período da quinzena que antecede o período de convenção para lançamento das candidaturas.

Gustavo Russignolli Bugalho (2008, p. 87) assevera que este tipo de propaganda “geralmente é feita mediante visitas do ‘candidato a candidato’, junto aos militantes do partido ou por mala direta, apresentando as razões pelas quais tal candidato deverá ser escolhido para representar o partido nas eleições”.

Almeida (2011, p. 309) explica sobre a propaganda eleitoral:

Após o deferimento do pedido do registro de candidatura, dá-se o início da fase da propaganda eleitoral. Os candidatos buscam, a partir do dia 6 do mês de julho do ano eleitoral, através de apresentações de propostas e programas eleitorais, granjear a confiança e o voto do eleitor. É a denominada propaganda eleitoral.

Já a propaganda eleitoral, nos dizeres de Gonçalves:

Denomina-se propaganda eleitoral a elaborada por partidos políticos e candidatos com a finalidade de captar votos do eleitorado para investidura em cargo público-eletivo. Caracteriza-se por levar ao conhecimento público, ainda que de maneira disfarçada ou dissimulada, candidatura ou os motivos que induzem à conclusão de que o beneficiário é o mais apto para o cargo em disputa. Nessa linha, constitui propaganda eleitoral aquela adrede preparada para influir na vontade do eleitor, em que a mensagem é orientada à conquista de votos. (GOMES, 2014, p. 370)

Por conseguinte, essa forma de propaganda, que ocorre durante o período eleitoral, trata de buscar convencer o eleitor a votar em determinado candidato, ou agremiação, a fim de que estes alcancem um cargo público eletivo e, assim, representem aquele que votou.

A propaganda eleitoral está prevista nos artigos 240 à 256, do Código Eleitoral e, também, corroborando com a normatização do tema, os artigos 36 à 57 da Lei das Eleições.

Por fim, quanto à propaganda institucional, instrui José Jairo Gomes:

Neste quadro, a publicidade institucional deve ser realizada para divulgar de maneira honesta, verídica, e objetiva os atos e efeitos da Administração, sempre se tendo em foco o dever de bem informar a população. Para configurar-se, deve ser custeada com recursos públicos e autorizada por agente público. A propaganda paga com dinheiro privado não é institucional. (GOMES, 2014, p. 420)

Acerca disso, o artigo 37, § 1º da Constituição Federal, infere:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Têm-se, portanto, que a propaganda institucional é legal e está de acordo com a regra maior do país, considerando-se que é dever da Administração apresentar propostas de melhoria, bem como os resultados já alcançados, de forma transparente e verdadeira.

Atrelado à essas classificações, ainda existem as propagandas irregulares e as propagandas criminosas que, embora haja uma semelhança, são espécies distintas. Bugalho assinala:

Na propaganda irregular, não há proibição ou vedação, mas meramente uma restrição à liberdade da propaganda política.

A propaganda criminosa, ao contrário, tem proibição expressa pela legislação eleitoral, com as respectivas sanções estabelecidas.

Em ambos os casos, temos sanções eleitorais propriamente ditas, mas, n o caso específico da propaganda criminosa, as penas cominadas são tipificadas na legislação eleitoral. (BUGALHO, 2008, p. 90)

Nesse diapasão, este trabalho observará os problemas de responsabilidade ambiental, ligado à irregularidade dos atos cometidos pelos candidatos ao longo de sua campanha e, até mesmo após, com fim de alcançar a proteção do ambiente.

Assim sendo, têm-se presentes as formas de propaganda político-eleitoral, todas elas elencadas de forma sucinta, contendo suas principais características e o embasamento legal, defendido pelo Direito.

3 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL E O CANDIDATO

Como o pleito do presente trabalho é abordar qual é a Responsabilidade Civil do candidato que durante as eleições pratica poluição ambiental através da propaganda, este capítulo trará informações que, terão desfecho neste sentido. Para tanto, é necessário trazer alguns conceitos que trazem colaboração ao melhor entendimento sobre essa responsabilidade. Assim, será definido o conceito de Responsabilidade Civil, de forma geral, a responsabilidade por dano ambiental e, por fim, será discutida qual seja a responsabilidade imputada ao candidato que comete tal prática.

Para abarcar a problemática da responsabilidade civil por dano ambiental, é necessário, primariamente, que se faça uma análise conceitual do que é responsabilidade civil. Nessa perspectiva o tópico seguinte se dispõe.

3.1 RESPONSABILIDADE CIVIL

Para alcançar uma definição precisa sobre a Responsabilidade Civil, há que se analisar o sentido morfológico da palavra, considerando sua origem e aplicação. Segundo Carlos Roberto Gonçalves:

A palavra responsabilidade tem sua origem na raiz latina *spondeo*, pela qual se vincula o devedor, solenemente, nos contratos verbais do direito romano. Dentre as várias acepções existentes, algumas fundadas na doutrina do livre-arbítrio, outras em motivações psicológicas, destaca-se a noção de responsabilidade como aspecto da realidade social.

[...]

Pode-se afirmar, portanto, que responsabilidade exprime a ideia de restauração do equilíbrio, de contraprestação, de reparação de dano, sendo múltiplas as atividades humanas, inúmeras são também as espécies de responsabilidade que abrangem todos os ramos do direito e extravasam os limites da vida jurídica, para se ligar a todos os domínios da vida social.

Coloca-se, assim, o responsável na situação de quem, por ter violado determinada norma, vê-se exposto às consequências não desejadas decorrentes de sua conduta danosa, podendo ser compelido a restaurar o *statu quo ante*. (GONÇALVES, 2014, p.19) (grifos do autor)

Desta feita, pode-se perceber que a palavra responsabilidade tem o sentido de vincular uma pessoa à condição dos efeitos de uma ação ou omissão por ele

produzidos, quem deverá dar uma resposta pela sua atitude e, caso não seja convincente, receberá alguma sanção.

A responsabilidade distingue-se da obrigação, uma vez que aquela descende desta. GONÇALVES (2014, p.20) explica que, “não se confundem, pois, *obrigação e responsabilidade*. Esta só surge se o devedor não cumpre espontaneamente a primeira. A responsabilidade é, pois, a consequência jurídica patrimonial do descumprimento da relação obrigacional”.

Os artigos 186, 187 e 927, do Código Civil Brasileiro de 2002, prescrevem:

Art. 186 – Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187 – Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

[...]

Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. (BRASIL, 2002)

Verifica-se, a partir da legislação alhures mencionada que, em regra, no Brasil, o instituto da Responsabilidade Civil obedece aos ditames da teoria subjetiva, na qual, “para que haja responsabilidade, é preciso haver culpa. A reparação do dano tem como pressuposto a prática de um ato ilícito. Sem prova de culpa, inexistente a obrigação de reparar o dano” (GONÇALVES, 2014, p.29).

Por responsabilidade subjetiva, explica Venosa (2007, p. 13)

O fundamento da responsabilidade civil que acaba de ser exposto é o que se encontra adotado pelos Códigos filiados ao Código de Napoleão. Não obstante, cumpre salientar que, curiosamente, embora todos os textos desse Código tenham permanecido inalterados, nas suas linhas mestras, o certo é que a moderna ciência do direito positivo, maneja um conceito totalmente distinto do clássico, ou pelo menos, um conceito que apresenta muitas diferenças em relação ao conceito tradicional. Deste modo, foi-se produzindo um desequilíbrio entre positivo (que permanece imutável) e as necessidades urgentes da vida, que exigem uma responsabilidade cada vez mais ampla.

De um ponto de vista diverso, a teoria da responsabilidade objetiva, ou teoria do risco, “funda-se num princípio de equidade, existente desde o direito romano: aquele que lucra com uma situação deve responder pelo risco ou pelas desvantagens dela resultantes (*ubi emolumentum, ibi onus; ubi commoda, ibi*

incommoda). Quem auferir os cômodos (ou lucros), deve suportar os incômodos (ou riscos)” (GONÇALVES, 2014, P.28).

No mesmo sentido, Venosa:

A teoria do risco aparece na história do Direito, portanto, com base no exercício de uma atividade e tira proveito direto ou indireto, dela responde pelos danos que causar, independentemente de culpa sua ou de prepostos. O princípio da responsabilidade sem culpa ancora-se em um princípio de equidade: quem auferir os cômodos de uma situação deve também suportar os incômodos. O exercício de uma atividade que possa representar um risco obriga por si só, a indenizar os danos causados por ela. (VENOSA, 2007, p. 14)

Para uma melhor compreensão da teoria do risco, é pertinente que se analise à luz do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil: “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.” (BRASIL, 2002)

Cavaliere (2010, p. 163) ao analisar a primeira parte do parágrafo único:

A palavra-chave nesse texto é “atividade”, posto que indica o núcleo da norma. Se formos ao dicionário, entretanto, veremos que “atividade” tem mais de uma dezena de sentidos – qualidade ou estado de ativo, ação, diligência, afã, energia, força, vigor, vivacidade, trabalho, meio de vida, profissão, ocupação, função. No direito público fala-se em servidor em atividade, para indicar aquele que está no efetivo exercício de suas funções ou que ainda não se aposentou (servidor inativo). [...] Aqui não se tem em conta a conduta individual, isolada, mas sim, a atividade como conduta reiterada, habitualmente exercida, organizada de forma profissional ou empresarial, para realizar fins econômicos. Reforça essa conclusão o fato de que a doutrina e a própria lei utilizam a palavra “atividade” para designar serviços. No direito administrativo, por exemplo, define-se serviço público com o emprego da palavra “atividade”.

Já na segunda parte, prescreve:

A palavra “natureza” é vaga, situando-se, em termos de linguagem, na zona da penumbra. Refere-se a lei àquelas atividades essencialmente perigosas? Àqueles serviços cujo risco faz parte da sua própria natureza? Temos, aqui, que atentar para a distinção entre risco inerente e risco adquirido. [...] Há riscos que são inerentes à certos serviços, intrinsecamente atados à sua própria natureza e modo de funcionamento – como, por exemplo, os serviços médico-hospitalares. A cirurgia de uma pessoa idosa – ou mesmo outros tipos de cirurgias ou tratamentos – por si só, representa riscos que não podem ser evitados, ainda que o serviço seja prestado com toda a técnica e segurança. [...] Fala-se em risco adquirido quando bens e serviços não apresentam riscos superiores àqueles legitimamente esperados, mas tornam-se perigosos por apresentarem algum defeito. Imprevisibilidade e

anormalidade são características do risco adquirido. (CAVALIERI, 2010, p.165)

O Código Civil Brasileiro prevê:

Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Art. 937. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta. (BRASIL, 2002)

Ambos os artigos acima, em seu bojo, verifica-se a adoção da teoria objetiva, tendo em vista que no primeiro caso, para o responsável pelo animal conseguir esquivar-se da culpa, deverá provar que houve culpa da vítima ou força maior. Na segunda situação, de igual modo e de forma implícita, cabe ao proprietário do imóvel provar que não era possível prever sua ruína.

Venosa (2007, p. 12) afigura:

No vasto campo da responsabilidade civil, o que interessa é identificar aquela conduta que reflete na obrigação de indenizar. Nesse âmbito, uma pessoa é responsável quanto suscetível de ser sancionada, independentemente de ter cometido pessoalmente um ato antijurídico. Nesse sentido, a responsabilidade pode ser direta, se diz respeito ao próprio causador do dano, ou indireta, quando se refere a terceiro, o qual, de uma forma ou de outra, no ordenamento, está ligado ao ofensor. Se não puder ser identificado o agente que responde pelo dano, este ficará irressarcido; a vítima suportará o prejuízo. O ideal, porém, que se busca no ordenamento, é no sentido de que todos os danos sejam reparados.

Portanto, este instituto tem por objetivo unicamente de responsabilizar alguém por causa da sua atitude, sancionando, por meio do direito qual a pena que a ela será imputada.

Diferenciar culpa e responsabilidades, é assunto pacífico dentro de nosso ordenamento jurídico, considerando que, diferentemente do Brasil, o legislador francês trouxe o termo *faute* como fundamento do dever de reparar o dano, o que, para nós, é traduzido como culpa. Este termo apresenta-se ambíguo ao se definir como responsabilidade jurídica e responsabilidade moral (GONÇALVES, 2014, p. 33).

Para Venosa, a culpa é dividida em três graus, que são: grave, leve e levíssima. Explica o autor:

A culpa grave é a que se manifesta de forma grosseira e, como tal, se aproxima do dolo. Nesta se inclui, também, a chamada culpa consciente, quando o agente assume o risco de que o evento danoso e previsível não ocorrerá. A culpa leve é a que se caracteriza pela infração a um dever de conduta relativa ao homem comum médio, o bom pai de família. São situações nas quais, em tese, o homem comum não transgredirá o dever de conduta. A culpa levíssima é constatada pela falta de atenção extraordinária, que somente uma pessoa muito atenta ou muito perita, dotada de conhecimento especial para o caso concreto poderia ter. (VENOSA, 2007, p. 25)

Evitando tal discussão, o legislador pátrio optou em prescrever acerca da noção de ato ilícito para causa de responsabilidade civil. Observa-se do artigo 186, do Código Civil: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (BRASIL, 2002).

Como essa responsabilidade implica no sentido de “causa de dano a outrem”, Venosa (2007, p. 33) traz a seguinte lição:

Dano consiste no prejuízo sofrido pelo agente. Pode ser individual ou coletivo, moral ou material, ou melhor, econômico ou não econômico. A noção de dano sempre foi objeto de muita controvérsia. Na noção de dano esta sempre presente a noção de prejuízo. Nem sempre a transgressão de uma norma ocasiona dano. Somente haverá possibilidade de indenização, como regra, se o ato ilícito ocasionar dano. Cuida-se, portanto, do dano injusto, aplicação do princípio pelo qual a ninguém é dado prejudicar outrem (*neminem laedere*).

Neste sentido, entende Maria Helena Diniz:

O dano é um dos pressupostos da responsabilidade civil, contratual ou extracontratual, visto que não poderá haver ação de indenização sem a existência de um prejuízo. Só haverá responsabilidade civil se houver um dano a reparar. Isto é assim porque a responsabilidade resulta em obrigação de ressarcir, que, logicamente, não poderá concretizar-se onde não há que se reparar. (DINIZ, 2009, p. 58)

Sérgio Cavalieri insere importante contribuição ao estudo da responsabilidade civil quando menciona que “o dano, sem dúvida é o grande vilão da responsabilidade civil. Não haveria que se falar em indenização, nem em ressarcimento, se não houvesse o dano. Pode haver responsabilidade sem culpa, mas não pode haver responsabilidade sem dano.” (CAVALIERI, 2010, p. 70)

No contexto ambiental, conforme Antunes (2013, p. 539), citando o artigo 2º, I, da Lei n. 6.938/81:

Dano ambiental é o dano ao meio ambiente, que na forma da lei é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Como se vê, cuida-se de um conceito abstrato que não se confunde com os bens materiais que lhe dão suporte. Embora uma árvore seja um recurso ambiental, não é o meio ambiente. Dano ambiental, portanto, é a ação ou omissão que prejudique as diversas condições, leis, influências e interpretações de ordem física, química e biológica que permita, abrigue e reja a vida, em quaisquer de suas formas.

Tendo em mente o que é o dano em matéria ambiental, deve-se analisar sob a ótica do artigo 255, § 3º da Constituição Federal, que prevê que o dano causado ao meio ambiente deverá ser reparado, independente das sanções penais ou administrativas impostas ao infrator.

Entretanto, é um tema um pouco controverso. Pontua Antunes:

Por muito que se tenha falado sobre o assunto, a realidade é que, até hoje, não existe um critério para fixação do que, efetivamente, constitui o dano ambiental e como deve ser reparado. A primeira hipótese a ser considerada é a da *repristinação* do ambiente agredido ao seu *status quo ante*. Esta pode ser conseguida por (i) intervenção humana ou por (ii) regeneração natural. Contudo, nem sempre se pode garantir que a regeneração ocorrerá. É o caso, por exemplo, de extinção de espécies como externalidade de danos ambientais.

Essas questões estão longe de obter uma resposta consensual ou simples. A adoção de um valor arbitrado para significar a espécie destruída tem desvantagem de estabelecer um macabroso sistema pelo qual aqueles que possuem recursos financeiros poderão pagar uma soma para compensar a área ou espécie prejudicada. Por outro lado, esse mecanismo tem como lado positivo, a fixação de algum critério objetivo a ser imposto ao poluidor. [...]

Outro critério que vem sendo adotado é o da compensação, hoje com expressa previsão legal na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Isto é, à degradação de uma área deve corresponder a recuperação de uma outra, no caso da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, adotam-se um equivalente financeiro a ser aplicado em unidades de conservação. O que se percebe, de fato, é que os critérios de reparação do dano ambiental são sempre discutíveis e falhos, assim, os mecanismos preventivos devem ser privilegiados e os eventuais danos ambientais inevitáveis devem ser admitidos somente após criteriosa análise do tipo custo/benefício que possa assegurar que a intervenção sobre o meio ambiente será globalmente positiva, considerados todos os aspectos envolvidos na questão. (ANTUNES, 2013, p. 543)

Assim, percebe-se a necessidade de que tenha ocorrido algum dano à alguém, coisa ou lugar, para que se pleiteie algum direito. Trazendo essa ideia de ressarcimento de prejuízos, pode-se afirmar ainda além que o dano ambiental também pode estar sujeito à tutela da responsabilidade civil, assunto que será observada por uma perspectiva mais ampla abaixo.

3.2 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL

Com o avanço que tem tomado às tecnologias, o homem passa, com maior intensidade e facilidade, a conquistar o meio ambiente natural, implantando modificações e transformações no escopo de suprir suas necessidades sociais e pessoais. Contudo, tais alterações modificaram os ciclos da natureza, ocasionando uma reação em cadeia, situação que, em razão do ambiente sofrer uma lesão, ele reage de moto a atingir todos aqueles que do meio dependem e, no fim, o próprio homem vem a ser prejudicado.

Relacionando um paralelo com a responsabilidade ambiental, Antunes (2013, p. 506) assevera:

Muito embora páginas e mais páginas tenham sido escritas sobre responsabilidade ambiental, o fato é que ainda estamos muito distantes de ter uma adequada compreensão de todas as dimensões que ela possa ter. O meio ambiente, como se sabe, é um tema cujas fronteiras não estão bem delineadas e, conseqüentemente, os seus limites jurídicos também não estão claramente definidos.

Na perspectiva da relação jurídica com o meio ambiente, Carlos Roberto Gonçalves (2014, p. 86) assinala:

O meio ambiente elevado à categoria de bem jurídico essencial à vida, à saúde e à felicidade do homem, é objeto, hoje, de uma disciplina que já ganha foros de ciência e autonomia: a ecologia (do grego *oikos* = casa + *logos* = estudo). Visa a ecologia, portanto, considerar e investigar o mundo como “nossa casa”, sendo conhecida, por isso mesmo, como “ciência do *habitat*”, na medida em que estuda as relações dos seres vivos entre si e deles com o ambiente. (grifo do autor)

Assim, há uma relação de interesses entre o meio ambiente e a responsabilidade civil. O ordenamento jurídico pátrio tutela esta responsabilidade tanto em âmbito penal, quanto no cível.

Já no entendimento de Antunes, a subdivisão ocorre em três espécies:

Aquele que causa um dano a terceiro deve arcar com os custos do malefício causado de forma proporcional ao sofrimento imposto ao terceiro. É o que se chama responsabilidade, que, do ponto de vista do Direito, se subdivide em (i) penal, (ii) civil ou (iii) administrativa. A responsabilidade ambiental é formada pelas três modalidades, sempre sejam produzidos danos ao meio ambiente; contudo, muito embora a Constituição Federal tenha mencionado

no § 3º do artigo 225 a existência de uma tríplice responsabilidade ambiental, fato é que a responsabilidade civil ambiental não é unitária, como pretende boa parte da doutrina e da jurisprudência. Na verdade, muito embora o discurso ambiental esteja fundado em holismo e unitarismo, o fato é que as políticas públicas de proteção ao meio ambiente se fazem por leis específicas, as quais estabelecem sistemas próprios de responsabilidade que, em muitos casos, se apartam do modelo estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente. (ANTUNES, 2007, p. 505)

O texto Constitucional, no artigo 225, § 3ª infere: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.” (BRASIL, 1988)

Na seara do Direito Penal, a responsabilidade por dano ambiental encontra-se prevista na lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais. Já no que diz respeito ao Direito Civil, quem delimita a responsabilidade por esse tipo de dano é a lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente. Gonçalves (2014, p. 87) ensina que:

[...] as principais virtudes desta lei estão no fato de ter consagrado a responsabilidade objetiva do causador do dano e a proteção não só aos interesses individuais como também aos supraindividuais (interesses difusos, em razão de agressão ao meio ambiente em prejuízo de toda a comunidade), conferindo legitimidade ao Ministério Público para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente.

O posicionamento acima transcrito reflete a verdade, considerando que o principal intento da lei é a proteção jurídica do meio ambiente e, por meio dela, vem estabelecer responsabilidade ao agente do dano, abrindo-se oportunidade tanto ao particular, quanto ao poder público, de propor ação judicial em face daquele.

Com a finalidade de compensar o dano causado ao meio ambiente, alguns países tem aceitado que se pratique o princípio do “poluidor-pagador”. Este princípio manifesta-se em impor ao poluidor a responsabilidade pelo dano ambiental causado, o qual deverá arcar com as despesas de prevenção, repressão e reparação da poluição provocada. (GONÇALVES, 2014, p. 88)

Todavia, o objetivo de tal princípio é que se indenizem os danos causados, em razão da proporcionalidade, isto é, sabe-se que a melhor alternativa é que se preserve, porém, a necessidade de geral aquela poluição é mais forte que a primeira e, por isso, poderá ser compensada de forma indenizatória. Entretanto, quando não

for possível a identificação exata do poluidor, em razão de uma diversidade de suspeitos, adotar-se-á a responsabilidade solidaria dos degradadores. (LUCARELLI, RT, 700/16)

Nesse diapasão Carlos Roberto Gonçalves ainda afirma:

Não seria lógico, realmente, que o dano ambiental permanecesse sem reparação quando não pudesse determinar de quem efetivamente partiu a emissão que o provocou, especialmente quando tal fato ocorresse em grandes complexos industriais, com elevado número de empresas em atividade. (GONÇALVES, 2014, p. 89)

O artigo 265 do Código Civil prescreve que “a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes” e, para justificar essa aplicação, o mesmo código prevê no artigo 942, *caput*: “Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.” (BRASIL, 2002)

Portanto, nos casos de responsabilidade em que não se puder definir quem é o agente do dano, o Estado poderá responder solidariamente, pois tinha a obrigação de fiscalizar e não o fez. Nos casos em que se conhecer quem é o causador do dano e for possível responsabilizar alguém que tenha incorrido em benefício por causa do dano, ambos poderão incorrer na responsabilidade de dano por causa do instituto da solidariedade.

3.3 O CANDIDATO E SUA RESPONSABILIDADE CIVIL, DIANTE DO DANO AMBIENTAL DA CAMPANHA ELEITORAL

Os órgãos eleitorais, de forma ainda tímida, tem apresentado algumas manifestações quanto ao tema proposto, tais como imposição de multa administrativa ao causador do dano, contudo sem manifestar especificamente sobre a responsabilidade civil. Há, todavia, jurisprudências dos demais tribunais e câmaras no que se refere à responsabilidade civil por poluição ambiental nas diversas classificações de meio ambiente, bem como sobre as espécies de poluição ambiental. Assim, far-se-ão alguns comparativos entre julgados dos órgãos eleitorais e os demais, para que, assim, possa se definir as ocasiões em que o candidato poderá ser responsabilizado.

Nesse sentido, podem-se verificar exemplos como o julgado que segue:

**RESPONSABILIDADE CIVIL CONSTRUÇÃO DO RODOANEL
RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO DERSA POR CONSTRUÇÃO DE
RODOVIA EM ÁREA ESTRITAMENTE RESIDENCIAL REGIÃO QUE FOI
AFETADA POR ÍNDICE DE RUÍDO ACIMA DO PERMITIDO PELA
RESOLUÇÃO CONAMA 001/90, PELAS NBRs 10151/00 E 10152/87 E
PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OCORRÊNCIA DE DANOS
AMBIENTAIS INDIVIDUAIS, MATERIAIS E MORAIS RECURSO
PARCIALMENTE ACOLHIDO PARA ADEQUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO
POR DANOS MORAIS.**

(TJ-SP, Relator: Antonio Vilenilson, Data de Julgamento: 06/09/2011, 9ª
Câmara de Direito Privado) (SÃO PAULO, 2011, *online*) (grifo nosso)

Desta feita, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu haver responsabilidade da empresa que, comprovados os fatos, estava construindo uma rodovia em área residencial, situação que trouxe transtornos ambientais à região, o que implicou na insatisfação das pessoas que ali residiam e o ingresso de ação judicial no intuito de terem seu direito ambiental protegido. O resultado da lide foi a condenação da ré ao pagamento de indenização à parte autora. Observa-se, portanto a responsabilização civil do réu pelo cometimento de poluição sonora.

Corroborando com esta ideia, tem-se:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - POLUIÇÃO SONORA -
CARROS VOLANTES - RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO -
CONFIGURAÇÃO - IRREGULARIDADE NA FISCALIZAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL - INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO -
NECESSIDADE - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO
PARCIALMENTE PROVIDO "IN SPECIE".** - Conforme entendimento do
Superior Tribunal de Justiça, a poluição sonora encontra-se abrangida pela
disciplina do art. 54, da Lei nº 9.605/98, o qual tipifica danos ao meio
ambiente aqueles de qualquer natureza que tragam risco à saúde humana. -
Na inocorrência da necessária atuação do órgão executivo municipal para
no exercício do seu poder de polícia coibir abusos praticados contra a
preservação da tutela da qualidade ambiental, cabe ao Poder Judiciário
intervir para assegurar o primado do interesse social. - Conforme já decidido
por este TJMG, "Na hipótese vertente, embora a Lei Municipal n.º 3.595, de
19 de dezembro de 1985, seja menos rigorosa do que a Resolução n.º 01,
de 08 de março de 1990, editada pelo CONAMA, tem-se que a mesma deve
ceder lugar ao regramento geral, devendo seus dispositivos serem
considerados revogados naquilo em que incompatíveis com a novel
regulamentação federal, fruto da Lei n.º 6.938/81, com a redação dada pela
Lei n.º 7.804/89, a estabelecer limite de 50 dB para o período noturno, ou
seja, entre as 22:00 e 06:00 horas." (Reexame Necessário-Cv
1.0672.08.288104-2/001, Relator (a): Des.(a) Mauro Soares de Freitas, 5ª
CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/04/2009, publicação da sumula em
20/05/2009) (TJ-MG, Relator: Belizário de Lacerda, Data de Julgamento:
05/08/2014, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL) (MINAS GERAIS, 2009,
online) (grifo nosso)

O julgado acima se trata de apelação cível, por decisão da qual a Administração Pública foi condenada em razão d solidariedade, isto é, era sua responsabilidade de fiscalizar e, conseqüentemente, impedir que os carros volantes circulem pelas ruas reproduzindo ruídos e sons em desacordo com as resoluções do CONAMA. Desta feita, não desprezando tal entendimento, deve-se buscar, ainda, a responsabilidade civil do indivíduo, que é a meta deste trabalho.

Considerando que não há jurisprudência específica sobre a responsabilização civil do candidato que comete poluição sonora, mas, tendo em vista o entendimento legal, alhures estudado no artigo 942 do Código Civil, de que “os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação”, é possível compreender que o candidato pode ser alcançado pela obrigação de indenizar nas quais a Administração Pública vem sendo condenada, podendo atingir, inclusive, os seus bens.

No mesmo sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIREITO DE VIZINHANÇA. CASA NOTURNA. POLUIÇÃO SONORA. PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO. VIZINHOS IDOSOS PORTADORES DE DOENÇAS. PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DOS AUTORES. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. Nível de ruído superior ao permitido consoante medição realizada pela Secretaria do Meio Ambiente em imóvel próximo. Concessão de alvará pela Prefeitura de Miracema para produção de espetáculos de dança. Funcionamento em desacordo com o alvará, com bailes de forró. Responsabilidade da Prefeitura não configurada. Sentença de improcedência em relação à compensação do dano moral, ao fundamento da não comprovação do constrangimento moral, por não terem sido indicadas as datas dos eventos, nem sido realizada medição de som na residência dos recorrentes. Inconformismo. Acervo probatório suficiente a demonstrar o mau uso da propriedade consistente na ofensa ao sossego noturno. Conhecimento e parcial provimento ao recurso. (TJ-RJ - APL: 00000336320128190034 RJ 0000033-63.2012.8.19.0034, Relator: DES. ROGERIO DE OLIVEIRA SOUZA, Data de Julgamento: 13/01/2015, VIGÉSIMA SEGUNDA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015 00:00) (RIO DE JANEIRO, 2015, *online*) (grifo nosso)

O julgado acima, apesar de tratar de poluição sonora decorrente de casa espetáculos, no qual o réu foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais, a Administração foi isenta de sua responsabilidade por não restar provada culpa concorrente para tanto. Contudo, a poluição sonora é fato que vem sendo objeto de demanda na justiça por se caracterizar, na esfera penal, também, a

perturbação do sossego e, principalmente, por interferir a saúde do indivíduo que tem seu direito violado. Então, comparando-se a situação fática dentro do Direito Eleitoral, pode-se citar o exemplo de alguns candidatos que instalam aparelhagens de som em seu comitê a fim de reproduzirem sua propaganda naquele local.

Os comitês, nem sempre estão localizados em áreas comerciais e, caso sua sede seja em área residencial, próximo a hospitais, escolas ou prédios públicos, deverá obedecer às limitações de reprodução sonora impostas, pois, descumpridos tais preceitos, estarão sujeitos à responsabilização de eventuais danos.

Nesta conjuntura, se observa:

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. TRIO ELÉTRICO. POLUIÇÃO SONORA. VEDAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. ART. 39, § 10, DA LEI N.º 9.504/97. REINCIDÊNCIA. MULTA. DESPROVIMENTO. 1- Esta Corte já consignou que nos termos do art. 96, §§ 7º e 8º, da Lei nº 9.504/97, o prazo para recorrer da sentença é de 24 horas, contado da publicação da sentença em cartório e não de eventual intimação efetuada pela Secretaria, desde que o magistrado tenha observado o disposto no citado § 7º; 2 - Não sendo a hipótese de sonorização de comício, é vedada a utilização de trio elétrico em campanha eleitoral; 3 - A reincidência na conduta importa na aplicação da penalidade prevista no art. 36, § 3º, da Lei das Eleições, em valor acima do mínimo legal; 4 - Desprovido do recurso. (TRE-PE - RE: 10481 PE, Relator: VIRGÍNIO MARQUES CARNEIRO LEÃO, Data de Julgamento: 19/09/2012, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 19/9/2012) (PERNAMBUCO, 2012, *online*) (grifo nosso)

Ante o exposto, observa-se que a poluição sonora em matéria eleitoral recebe um tratamento diverso das demais. Enquanto, nos julgados anteriores se observa a responsabilização civil através do pagamento de indenização pelos danos ambientais sonoros, o último assinala somente a multa no caso pela reincidência. Isso porque a justiça eleitoral é incompetente para julgar demandas indenizatórias. Assim, pois, é cabível a responsabilização civil do candidato por poluição sonora, sendo comprovado o dano e a representação remetida à seara cível.

Esta ideia fundamenta-se conforme julgado que sege:

RECURSO ELEITORAL - PROPAGANDA IRREGULAR - CAVALETES FIXOS - BEM PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE - RETIRADA DA PROPAGANDA APÓS NOTIFICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA MULTA - RECURSO PROVIDO - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO EM VIRTUDE DA POLUIÇÃO VISUAL CAUSADA PELA PROPAGANDA IRREGULAR - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA CONHECER DE DEMANDAS INDENIZATÓRIAS - RECURSO DESPROVIDO. 1. A veiculação de propaganda fixa em bens de uso comum é vedada pela norma do artigo 37 da Lei nº 9.504/97. 2. Tendo

sido reconhecido pela sentença que a propaganda foi retirada no prazo determinado, não se aplica a multa prevista no artigo 13, § 1º, da Resolução TSE n.º 22.718.3. **A competência da Justiça Eleitoral se dá em razão da matéria e abrange tão somente as demandas nas quais o bem jurídico tutelado refira-se diretamente ao pleito e à sua regularidade.**4. **A Justiça Eleitoral é incompetente para conhecer de demandas indenizatórias. Precedentes do TSE.** EXAME, ADMISSIBILIDADE, EXERCÍCIO, PRIMEIRO, JUIZ, A QUO, SEGUNDO, TRIBUNAL, "AD QUEM", CERTIFICAÇÃO, AUSÊNCIA, PUBLICAÇÃO, INTIMAÇÃO, PARTES, INEXISTÊNCIA, PORTARIA, PRAZO, LITISPENDÊNCIA, REJEIÇÃO, LOCAL, DIVERSIDADE, DATA, CAUSA DE PEDIR, IRREGULARIDADE, PROPAGANDA, PATENTE, PRINCÍPIO DA ISONOMIA, BONECOS, CAVALETES, REUNIÃO, CANDIDATOS, IGUALDADE, UTILIZAÇÃO, ESPAÇOS PÚBLICOS, MULTA, APLICAÇÃO, SOMENTE, DESCUMPRIMENTO, ORDEM, RETIRADA, RESTAURAÇÃO, PRINCÍPIO DA ESTRITA LEGALIDADE, SANÇÃO ADMINISTRATIVA, FALHA LAGISLATIVA, RECEPÇÃO, CÓDIGO ELEITORAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTAÇÃO, COMPETÊNCIA, LACUNA, ANÁLISE, DANO MORAL, OBJETO JURÍDICO, TUTELA. el0267 : processo – competência. (TRE-PR - RE: 7481 PR , Relator: DRª GISELE LEMKE, Data de Julgamento: 21/01/2009, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 29/01/2009) (PARANÁ, 2009, *online*) (grifo nosso)

Apesar do presente julgado tratar de poluição visual, não se diminui o valor da manifestação acerca da incompetência da justiça eleitoral manifestar julgamentos de demandas indenizatórias. Portanto, não restam dúvidas do cabimento de responsabilização civil do candidato por poluição ambiental sonora. Observadas tais pontuações, no contexto da poluição sonora advinda dos comícios e, principalmente dos carros de som que circulam durante todo o dia reproduzindo os *dingles* dos candidatos, é plenamente possível a estabelecer a responsabilização por danos que venham ocorrer.

No tocante à poluição visual, também há decisões sobre o tema:

RECURSOS - REPRESENTAÇÃO DA PROPAGANDA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2012 - AUTOR E RÉU - **COLOCAÇÃO DE BANNERS NA FACHADA DO COMITÊ DE CAMPANHA DO CANDIDATO A VEREADOR - EFEITO VISUAL SEMELHANTE A OUTDOOR - BEM PARTICULAR - AUTO DE CONSTATAÇÃO** - CONDENAÇÃO MANTIDA - MULTA - ARTIGO 17 CAPUT DA RESOLUÇÃO TSE 23370 QUE REGULAMENTOU O ARTIGO 39 § 8º DA LEI 9.504/97 - INCIDÊNCIA. A circunstância de que o candidato retirou a propaganda afixada na fachada do seu comitê de campanha (bem particular), logo após ter sido citado na representação, não afasta a ilicitude inicial da conduta praticada. É aplicável aos comitês eleitorais, de candidatos e de coligações partidárias, a proibição de fixação de placas de veiculação de propaganda eleitoral com dimensão superior a 4m2. (TRE-MT, Relator: PEDRO FRANCISCO DA SILVA, Data de Julgamento: 01/04/2014) (MATO GROSSO, 2014, *online*)

Assim, a Justiça do Mato Grosso manteve sua decisão quanto da afixação de propaganda eleitoral com dimensões que se assemelham a *outdoors*, conduta

que é vetada pelo artigo 17, *caput*, da resolução 23.370 do TSE. Esta regulamentação tem o objetivo de inibir a poluição visual e, nesse caso, como o candidato praticou tal ato, restou comprovada a prática de poluição, cabendo então, a responsabilização pelos danos.

Não obstante, em ação civil pública, a Justiça de Minas Gerais assim se manifestou:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. ENGENHO DE PUBLICIDADE. IRREGULARIDADE. DESVINCULAÇÃO. COMPROVAÇÃO DO DANO. DEVER DE INDENIZAR. - Incumbe ao Ministério Público, como legitimado para as ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, se valer da presente ação civil pública para a defesa dos direitos e interesses indisponíveis da sociedade. - O inquérito civil público instaurado pelo Ministério Público trouxe elementos de convicção da degradação ambiental, apresentando prova material, apta à demonstração do dano e suas consequências prejudiciais. - Cabe condenação em obrigação de não-fazer, por se tratar de prevenção à renovação de outros prejuízos pela supressão do fato danoso, além da cessação da atividade ilícita e o bloqueio de sua continuação. (TJ-MG - AC: 10024060855764006 MG, Relator: Jair Varão, Data de Julgamento: 18/04/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/05/2013) (MINAS GERAIS, 2013, *online*) (grifo nosso)

O presente julgado trata a utilização irregular de meio de propaganda, identificado como “engenho de propaganda”. Após julgamento, foi decidido pela condenação do réu ao pagamento de indenização, bem como ao cumprimento do dever de não fazer. De forma semelhante, julgou o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CUMULAÇÃO DE PEDIDOS - POSSIBILIDADE - ENGENHOS DE PUBLICIDADE - INSTALAÇÃO SEM PRÉVIA LICENÇA - DANO AMBIENTAL CARACTERIZADO - POLUIÇÃO VISUAL - MONTANTE INDENIZATÓRIO - VALOR AUFERIDO COM A ATIVIDADE IRREGULAR - RAZOABILIDADE - MANUTENÇÃO. O colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA consolidou posicionamento no sentido de que “é cabível a cumulação de pedido de condenação em dinheiro e obrigação de fazer em sede de ação civil pública” (AgRg no REsp. nº 1.170.532/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJe: 06/10/2010). A ação civil pública é instrumento processual adequado para impedir ou reprimir o dano ecológico, devendo incidir sobre fatos concretamente demonstráveis e que possam ser imputados a quem lhes der causa. A indenização fixada com base no proveito econômico auferido indevidamente pela ré promove de forma razoada a apuração do dano ao meio ambiente, em especial quando referido critério impede que a infratora da legislação ambiental obtenha vantagem decorrente da instalação de engenhos publicitários em desacordo com as normas do município. V.V: A instalação de engenhos publicitários em logradouros públicos do município de Belo Horizonte está condicionada à prévia autorização da Administração, razão pela qual a instalação irregular sujeita o proprietário do engenho ao pagamento de multa. A quantificação da multa deve se ater aos critérios legalmente estabelecidos, não podendo

se embasar em laudo elaborado unilateralmente pelo Ministério Público, segundo critérios próprios, mormente quando não observada a metodologia legalmente estabelecida. (TJ-MG - AC: 10024060846896002 MG, Relator: Edilson Fernandes, Data de Julgamento: 15/10/2013, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/10/2013) (MINAS GERAIS, 2013, *online*) (grifo nosso)

Acima, não se observa apenas a condenação por causa da poluição visual causada, mas também, a procedência quanto à cumulação de pedidos.

Na mesma vertente dos casos observados quanto aos casos de poluição ambiental sonora, por analogia, podem também ser aplicadas as decisões aos candidatos causadores de poluição visual. É evidente que haja responsabilidade da administração pública quanto ao fato exposto, porém, conforme visto, o candidato poderá responder de forma solidária, inclusive com seus bens, como forma de reparação do dano ambiental ocasionado.

Cabe aqui salientar que durante o período de campanha eleitoral é comum que muitos candidatos, além da distribuição de folhetos, que é de praxe, também utilizem os anúncios em carros de som. O que se observa, então, é um aumento significativo na circulação de veículos, consequentemente, a combustão de combustíveis fósseis, o que leva ao elevado índice de emissão de gases poluentes lançados na atmosfera.

Assim sendo, por haver uma grande quantidade de carros de som que circulam pelas ruas fazendo propagandas de campanha eleitoral, eles produzem não só poluição sonora – poluição não cumulativa –, mas, corroboram com o aumento da poluição do ar – poluição cumulativa, que não se dissipa. A respeito da poluição atmosférica bem como seu impacto ao solo, decidiu o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte,

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ESTIMATÓRIA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. DEFERIMENTO DE PERÍCIA NO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PARTE REQUERENTE QUE NÃO COMPARECEU PARA A PRODUÇÃO DA PROVA TÉCNICA. NÃO APRESENTAÇÃO DE QUALQUER JUSTIFICATIVA NO PRAZO ASSISTIDO PELO MAGISTRADO. PARTE QUE PERMANECE SILENTE. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO PARA A PRODUÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. NEGLIGÊNCIA DOS REQUERENTES NA CONDUÇÃO DO FEITO. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS TRAZIDAS NO ARTIGO 333, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA QUE SE IMPÕE. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE. **POLUIÇÃO SONORA E ATMOSFÉRICA. DANO AO MEIO AMBIENTE COMPROVADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.** RECURSO

NÃO PROVIDO. 1. O CERCEAMENTO DE DEFESA OCORRE QUANDO O ÓRGÃO JUDICIAL IMPEDE A PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA E PERTINENTE. 2. O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, SEM PRODUÇÃO DE PROVA REQUERIDA E QUE DEIXOU DE SER PRODUZIDA POR INÉRCIA DA PARTE, NÃO CONFIGURA CERCEAMENTO DE DEFESA. 3. **O MEIO AMBIENTE SADIO É DIREITO DE TODOS E PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE E A RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DE DANO AO MEIO AMBIENTE É OBJETIVA.** 4. **A PESSOA JURÍDICA QUE EXERCE ATIVIDADE EM LOCAL IMPRÓPRIO E CAUSA POLUIÇÃO SONORA, ATMOSFÉRICA E IMPACTOS NO SOLO E NAS EDIFICAÇÕES DANIFICA O MEIO AMBIENTE, TORNANDO-SE RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA REPARAÇÃO.** 5. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA, MANTIDA A SENTENÇA QUE ACOLHEU EM PARTE A PRETENSÃO INICIAL, REJEITADA UMA PRELIMINAR. (AC nº 1.0027.02.010453-8/001, Rel. Caetano Levi Lopes, TJMG, j. 28.04.09-Destaques Acrescidos) (TJ-RN - AC: 10941 RN 2009.010941-5, Relator: Des. Expedito Ferreira, Data de Julgamento: 27/04/2010, 1ª Câmara Cível) (RIO GRANDE DO NORTE, 2010, *online*) (grifo nosso)

Verifica-se então, decisão jurisprudencial que aponta para condenação à indenização, em razão das condutas de degradação ambiental. O magistrado deferiu o pedido de perícia, a qual reconheceu a existência do dano ambiental e por isso da decisão pela condenação à reparação.

Com o mesmo objetivo,

APELAÇÃO Ação anulatória de Multa CETESB Cerceamento de defesa Inocorrência **Multa por emissão de fumaça preta acima do padrão legal** Medição pela Escala Ringelmann (Decreto Estadual nº 8.468/76, art. 32) Método utilizado para aferir a emissão de fumaça também com os veículos em movimento, é regulado por normas técnicas da ABNT (NBR 6016) Veículo com motor diesel (caminhão) em movimento Admissibilidade Precedentes. Ausência de prova da regularidade do veículo em face da legislação pertinente Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 00721764620018260000 SP 0072176-46.2001.8.26.0000, Relator: Maurício Fiorito, Data de Julgamento: 28/08/2014, 2ª Câmara Extraordinária de Direito Público, Data de Publicação: 29/08/2014) (SÃO PAULO, 2014, *online*) (grifo nosso)

Observa-se da sentença acima que, com base em lei estadual, que estabelece uma escala de níveis de tolerância para emissão de fumaça preta provenientes do escapamento de veículos automotores, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferiu o pedido do recurso de Apelação, considerando procedente a aplicação da multa.

Acontece que, mesmo se tratando de lei estadual que regula a quantidade tolerável de fumaça preta emitida por veículos automotores, trata-se de matéria ambiental e a comprovação do dano vale para qualquer lugar, mesmo nos lugares

onde esta lei não alcança. Sua essência pode ser aplicada considerando que o dano ambiental tenha sido comprovado, recaindo a responsabilidade de reparação sobre o agente poluidor.

Um grande passo para a interdisciplinaridade do direito ambiental-eleitoral, foi a medida apresentada pelo Gabinete de Combate à Poluição Ambiental Eleitoral e Boca de Urna, pelo Juiz de Direito Josenildo Dourado do Nascimento, da cidade de Manaus/AM. Nesta medida, se apresenta:

O Gabinete de Combate à Poluição Ambiental Eleitoral e Boca de Urna, com o lema CANDITADO FICHA LIMPA NÃO SUJA A CIDADE, foi criado e desenvolvido pelos autores para combater, no segundo turno das eleições, a derrama de lixo eleitoral (santinhos) que ocorreu na cidade de Manaus durante o primeiro turno das eleições de 2012. A iniciativa responsabilizava, pessoalmente, os candidatos pela prática do dano ambiental eleitoral com multas que variavam de R\$ 750,00 a R\$ 750.000,00. A ação mobilizou juízes, membros do Ministério Público, fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Polícias Civil, Militar e Federal, Guarda metropolitana de Manaus e Secretaria de Limpeza Pública de Manaus. **O trabalho de conscientização, fiscalização e repressão ao dano ambiental eleitoral e boca de urna resultou num segundo turno sem a apreensão de sequer um único santinho nas ruas de Manaus, o que levou o Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais a sugerir ao Tribunal Superior Eleitoral a adoção da prática, em âmbito nacional, nas eleições gerais de 2014.** (NASCIMENTO, 2013, *online*) (grifo nosso)

Como se pode verificar, o trabalho do magistrado, mobilizou uma gama de pessoas a fim de fiscalizar as ruas a fim de conter a prática da poluição e, como resultado, obteve-se êxito, pois no fim não havia nenhum “santinho” jogado pelas ruas. A medida foi tão importante que o Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais sugeriu que o Superior Tribunal Eleitoral aplicasse esta prática em âmbito nacional durante as eleições de 2014.

O magistrado esclarece que,

Durante várias eleições, os juízes e Tribunais Eleitorais brasileiros sempre tentaram impedir que milhares de toneladas de lixo eleitoral fossem despejadas nas ruas das cidades brasileiras. Porém, todas as tentativas foram infrutíferas em razão da dificuldade de se impor a responsabilidade aos candidatos pelos atos de seus correligionários ou simpatizantes. A Ação do Gabinete de Combate à Poluição Ambiental Eleitoral e Boca de Urna modificou a base de responsabilidade dos candidatos, já que conseguiu **atribuir aos próprios concorrentes, a responsabilidade civil e administrativa pela conduta de jogar santinhos nas ruas, ainda que não fossem os responsáveis diretos pela prática do ato.** O ato de jogar santinhos nas ruas é caracterizado pela legislação nacional como um dano

ambiental. Aliás, este tipo administrativo é previsto praticamente em todos os códigos ambientais municipais. Portanto, por se tratar de um dano ambiental, em regra, três tipos de responsabilidade surgem: a) criminal: decorrente da prática de um crime ambiental, assim definido em lei específica; b) civil: decorrente da necessidade de reparação do dano; e c) administrativa: decorrente da atuação dos órgãos de fiscalização ambiental existentes. Jogar santinhos nas ruas, em regra, não caracteriza um crime ambiental, mas sim, uma infração administrativa que, no caso de Manaus, é prevista no Código Ambiental de Manaus punível com multa que varia de R\$ 750,00 a R\$ 750.000,00. Por se tratar de uma infração administrativa ambiental, a responsabilidade que incide no presente caso é a OBJETIVA, ou seja, o candidato é o responsável direto pelos santinhos jogados nas ruas, ainda que não tenha praticado o ato. Ora, os santinhos são confeccionados com uma única finalidade, qual seja, a obtenção de votos. Além disso, os candidatos são os responsáveis pela confecção, possuem o controle da estocagem e da distribuição do material de campanha. Logo, se esse material é encontrado nas ruas, o candidato é o responsável direto por eles, devendo ser responsabilizado pelo dano ambiental. A Constituição Federal em seu art. 225, § 3º, estabelece a responsabilidade objetiva pelo dano ambiental. **O sucesso e a inovação do Gabinete de Combate à Poluição Ambiental Eleitoral e Boca de Urna, com o lema “CANDIDATO FICHA LIMPA NÃO SUJA A CIDADE”, ocorreu em razão da possibilidade de se imputar diretamente aos candidatos, a responsabilidade administrativa e civil pelo ato de jogar santinhos nas cidades, ainda que eles não tenham praticado o ato.** Portanto, a responsabilidade objetiva dos candidatos pela prática do dano ambiental eleitoral (jogar santinho nas ruas), foi condição *sine qua non* para a inovação da ação no país. (NASCIMENTO, 2013, *online*) (grifo nosso)

Assim, medidas como esta, apresentada pelo Gabinete de Combate à Poluição Ambiental Eleitoral e Boca de Urna, se mostra como um excelente modelo de prevenção contra a prática de poluição ambiental, pois, dentro da temática que o trabalho se dispõe a tratar, sempre que houver descumprimento da medida, há a possibilidade de responsabilização civil do candidato.

Verificadas tais questões, infere-se que sempre que o dano ambiental por parte do candidato for comprovada, ele poderá sim ser condenado ao pagamento de indenização por responsabilidade civil, face ao dano causado, bem como à obrigação fazer, isto é, cessar o dano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe em seu bojo respostas que apontam para uma possibilidade de solucionar parte do conflito do homem em relação aos danos causados no meio ambiente, seja natural ou artificial, pela poluição eleitoral. Nessa vertente, foi verificada a responsabilidade do candidato pelo dano ambiental.

Compreende-se que o meio ambiente é um conjunto de circunstâncias e ações que envolvem as diversas formas de vida e, para melhor caracterizá-lo, foi classificado em espécies que se configuram conforme suas peculiaridades. Assim tem-se que: o meio ambiente natural é aquele constituído por elementos que compõem a natureza biológica; já o meio ambiente artificial que é o espaço modificado pelo homem para sua utilização; quanto ao meio ambiente cultural, são as edificações ou espaços destinados às manifestações artístico-culturais; o meio ambiente do trabalho nada mais é do que o local onde o indivíduo exerce suas atividades laborais e o patrimônio genético é formado por todos os seres vivos que habitam a Terra.

Constatou-se que a poluição ambiental é toda ação ou omissão do homem sobre os elementos da natureza, que causem desequilíbrio ambiental. Nesses aspectos incluem-se a poluição visual, que é qualquer forma de comprometimento da condição visual do cenário ambiental; a poluição sonora, que é a concentração de sons ou ruídos nos ambientes; e a poluição atmosférica que implica na emissão de gases poluentes no ar.

Por estas considerações, concluiu-se que a poluição ambiental decorrente das eleições nada mais é do que a ação ou omissão do homem que, durante o período eleitoral, utilizando-se dos meios de propaganda, causa danos ao meio ambiente com a poluição visual, sonora e atmosférica.

A propaganda eleitoral é a espécie da propaganda política, efetuada nos três meses que antecedem o pleito eleitoral e que têm como objetivo conquistar o voto do eleitor. Acerca disso, retratou-se uma amostra do problema ambiental causado nos anos eleitorais, como a distribuição de folhetos, conhecidos como “santinhos” – que ao longo do período de propaganda eleitoral e, principalmente, no dia da eleição – são jogados de forma indiscriminada pelas ruas e trazem inúmeros problemas ambientais. Não são apenas estas as fontes de poluição decorrentes da campanha eleitoral. Conforme visto, existe a poluição visual causada por placas, cartazes, faixas etc. Há, também, a poluição sonora, advinda dos carros de som que circulam freneticamente reproduzindo os *jingles* dos candidatos, bem como os comícios. Os carros de som, além de produzirem a poluição sonora, também dão causa à poluição atmosférica, em razão da fumaça emitida pela combustão dos combustíveis nos motores.

Da responsabilidade civil, entende-se que quando alguém dá causa a um dano, fica sujeita às sanções estabelecidas, que tem por finalidade a tentativa de restituir o bem, coisa ou direito violado e que, quando não for possível a reparação do dano, a responsabilidade será auferida em indenização.

De forma semelhante, a responsabilidade por dano ambiental é busca pela reparação do dano causado no meio ambiente, cujo responsável deverá obedecer aos critérios impostos para remir o prejuízo ao ambiente.

Assim, diante da caracterização da poluição ambiental foram trabalhadas questões do direito eleitoral, abordando em específico a responsabilidade civil em relação ao candidato, fazendo-se um paralelo entre poluição ambiental e direito eleitoral, apontando quando o candidato poderia ser responsabilizado.

Dentro desta vertente foi evidenciada uma boa prática a adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, através do Gabinete de Combate à Poluição Ambiental Eleitoral e Boca de Urna, que apresenta, talvez, a melhor proposta de inibição da poluição eleitoral, responsabilizando o candidato ao pagamento de multa infracional e, ao que o estudo busca resposta, uma possível responsabilização civil por dano ambiental.

Através da prática acima mencionada pode-se verificar uma ação da Administração Pública em prol do meio ambiente, o contrário do que geralmente acontece, pois há, de certa forma, uma inércia da Administração Pública em exigir

do candidato uma postura ambiental mais ética, no intuito de inibir a prática poluidora.

A não coibição de danos infere em prejuízos à coletividade, a se dizer, dos direitos difusos. Estes prejuízos não só em relação à saúde ambiental, mas também, prejuízo aos cofres públicos, pois ao ser responsabilizada, a Administração fica obrigada a reparar o dano e, no fim, quem paga a conta é o cidadão de bem.

Como foi visto, sempre que for comprovado o dano ambiental, seja por poluição sonora, visual ou atmosférica, o candidato poderá ser responsabilizado à reparação do dano com o pagamento de indenização e a cessação da poluição.

Para que seja possível estabelecer a responsabilidade civil do candidato pelo dano ambiental, não é suficiente o ingresso de ação na justiça eleitoral, uma vez que esta não possui competências para julgar casos, cujo objeto da ação seja a indenização. Nesse diapasão, para que prospere esta defesa de direitos, faz-se necessária a representação na via cível para que, então, esta venha estudar os fatos e fundamentos e profira uma sentença.

Por fim, entende-se que, a aplicação da medida proposta pelo TRE/AM, mencionada acima, seja hoje a forma mais eficaz de inibição da prática poluidora, pois, para a saúde do meio ambiente, é preferível que seja preservado a ser reparar o dano. Porém, apesar de ter sido recomendada pelos representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais ao Superior Tribunal, no intuito de valer para as eleições de 2014, a medida não foi abraçada.

Em âmbito nacional ainda não tem sido tomada medidas eficazes na prevenção de poluição, o que se tem feito é apenas a fiscalização de placas e carros de som no período de campanha e, no período pós-eleitoral, o recolhimento do lixo espalhado no dia das eleições, o que justifica a viabilidade de aplicação da medida acima proposta.

Nesse ínterim, verifica-se que a questão da poluição eleitoral importa em um debate coletivo acerca de novas posturas tanto por parte de candidatos como dos cidadãos para que se garanta a preservação do meio ambiente, evitando-se assim, a necessidade de responsabilização civil por dano ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Curso de direito eleitoral**. 5. ed. Salvador: 2011.

BRASIL. **Lei 9.054 de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm> Acesso em 08 jun.2015.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução TSE 20.034**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-nb0-20.034-de-27-de-novembro-de-1997-brasilia-2013-df>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

BUGALHO, Gustavo Russignoli. **Direito eleitoral**. Leme: J.H. Mizuno: 2008.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. São Paulo: Edipro: 2004.

CASTANHEIRO, I. C. A poluição visual: formas de enfrentamento pelas cidades. **Revista Internacional de Direitos e Cidadania**, n. 4, p. 63-78, 2009.

CAVALIERI, Sérgio Filho. **Programa de responsabilidade civil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CODATO, Marcos Vinícius Ferreira. Poluição visual e sonora: uma relação conturbada entre meio ambiente e sociedade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET**. e-ISSN 2236 1170 - V. 18 n. 4 Dez 2014, p.1312-1317. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/viewFile/14516/pdf>> Acesso em 09 jun.2015.

COSTA, Tito. **Recursos em matéria eleitoral**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 7.

FERREIRA, Pinto. **Código eleitoral comentado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva: 1991.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LÉXICO. Dicionário de Português Online. **Propaganda**. Disponível em: <<http://www.lexico.pt/propaganda>> Acesso em 06 jun.2015.

LIXO eleitoral. **Associação Mineira do Ministério Público**. Belo Horizonte/MG, 10 out.2012. Disponível em: <<http://www.ammp.org.br/institucional/mostrar-noticias/noticia/6827>> Acesso em: 10 jun.2015.

LUCARELLI, Fabio Dutra. **Responsabilidade civil por dano ecológico**. RT, 700/16.

MICHAELIS. Dicionário de Português Online. **Propaganda**. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=propaganda>> Acesso em: 06 jun.2015.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **AC 10672100064266002 MG**. Relator (a): Des.(a) Mauro Soares de Freitas , 5ª Câmara Cível, julgamento em 30/04/2009, publicação da sumula em 20/05/2009. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/132812802/apelacao-civel-ac-10672100064266002-mg>> Acesso em: 16 jun.2015.

_____. Tribunal de Justiça. **AC: 10024060846896002 MG**, Relator: Edilson Fernandes, Data de Julgamento: 15/10/2013, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/10/2013. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/117723424/apelacao-civel-ac-10024060846896002-mg>> Data de acesso: 16 jun.2015.

_____. Tribunal de Justiça. **AC: 10024060855764006 MG**, Relator: Jair Varão, Data de Julgamento: 18/04/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/05/2013. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/115512203/apelacao-civel-ac-10024060855764006-mg>> Acesso em: 16 jun.2015.

MATO GROSSO. Tribunal Regional Eleitoral. **RE 12182 MT**. Relator: Pedro Francisco Da Silva, julgamento 01/04/2014, publicação DEJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 1618, Data 04/04/2014. Disponível em: < <http://tre-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/121566816/recurso-eleitoral-re-12182-mt>> Acesso em: 16 jun.2015.

MILLER JR, G. Tyler. **Ciência ambiental**. Traduzido por All Tasks. 11. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental**. 5. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

MUSETTI, Rodrigo Andreotti. A poluição eleitoral e o direito ambiental. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, nº 46, out. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1530>>. Acesso em: 14 jun.2006.

NASCIMENTO. Jorsenildo Dourado do. **Gabinete de combate à poluição ambiental eleitoral e boca de urna, com o lema "candidato ficha limpa não suja**

a cidade". Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/praticas/gabinete-de-combate-a-poluicao-ambiental-eleitoral-e-boca-de-urna-com-o-lema-candidato-ficha-limpa-nao-suja-a-cidade/>> Acesso em: 16 jun.2015.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **RE: 7481 PR**, Relator: Dr^a Gisele Lemke, Data de Julgamento: 21/01/2009, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 29/01/2009. Disponível em: <<http://tre-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23168879/recurso-eleitoral-re-7481-pr-tre-pr>> Acesso em: 16 jun.2015.

PERNAMBUCO. Tribunal Regional Eleitoral. **RE: 10481 PE**, Relator: Virgínio Marques Carneiro Leão, data de Julgamento: 19/09/2012, Data de Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 19/9/2012. Disponível em: <<http://tre-pe.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23150795/recurso-eleitoral-re-10481-pe-tre-pe>> Acesso em: 16 jun.2015.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **APL 00000336320128190034 RJ 0000033-63.2012.8.19.0034**, Relator: Des. Rogerio de Oliveira Souza, Data de Julgamento: 13/01/2015, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 16/01/2015. Disponível em: <<http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/162224862/apelacao-apl-336320128190034-rj-0000033-6320128190034>> Acesso em: 15 jun. 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Justiça. **AC: 10941 RN 2009.010941-5**, Relator: Des. Expedito Ferreira, Data de Julgamento: 27/04/2010, 1ª Câmara Cível. Disponível em: <<http://tj-rn.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9060207/apelacao-civel-ac-10941-rn-2009010941-5>> Acesso em: 15 jun. 2015.

SÃO PAULO . Tribunal de Justiça. **APL: 00721764620018260000 SP 0072176-46.2001.8.26.0000**, Relator: Maurício Fiorito, Data de Julgamento: 28/08/2014, 2ª Câmara Extraordinária de Direito Público, Data de Publicação: 29/08/2014. Disponível em: < > Acesso em: 15 jun. 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **APL 3158458720098260000 SP 0315845-87.2009.8.26.0000**, Relator: Antonio Vilenilson, Data de Julgamento: 06/09/2011, 9ª Câmara de Direito Privado. Disponível em < <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20395485/apelacao-apl-3158458720098260000-sp-0315845-8720098260000>> Acesso em: 16 jun.2015.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 4.

OBRAS CONSULTADAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BENITEZ, Ivo. **Legislação Ambiental Federal e de Rondônia**. 3 ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão e dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Nova Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

NERY JUNIOR, Nelson. **Responsabilidade civil por dano ecológico e ação civil pública**. Justitia, 126/175.

RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade Civil**: Lei nº 10.406 de 10.01.2002. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.